



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU-PR**  
**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019**

**4ª Fase – Plano de Ação e Investimentos e  
Institucionalização do PDM.**

**2.18. Plano de Ação e Investimentos - PAI.**

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Plano de Ação e Investimentos (PAI), do município de Espigão Alto do Iguaçu, estado do Paraná, foi desenvolvido a partir do Termo de Referência de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM).

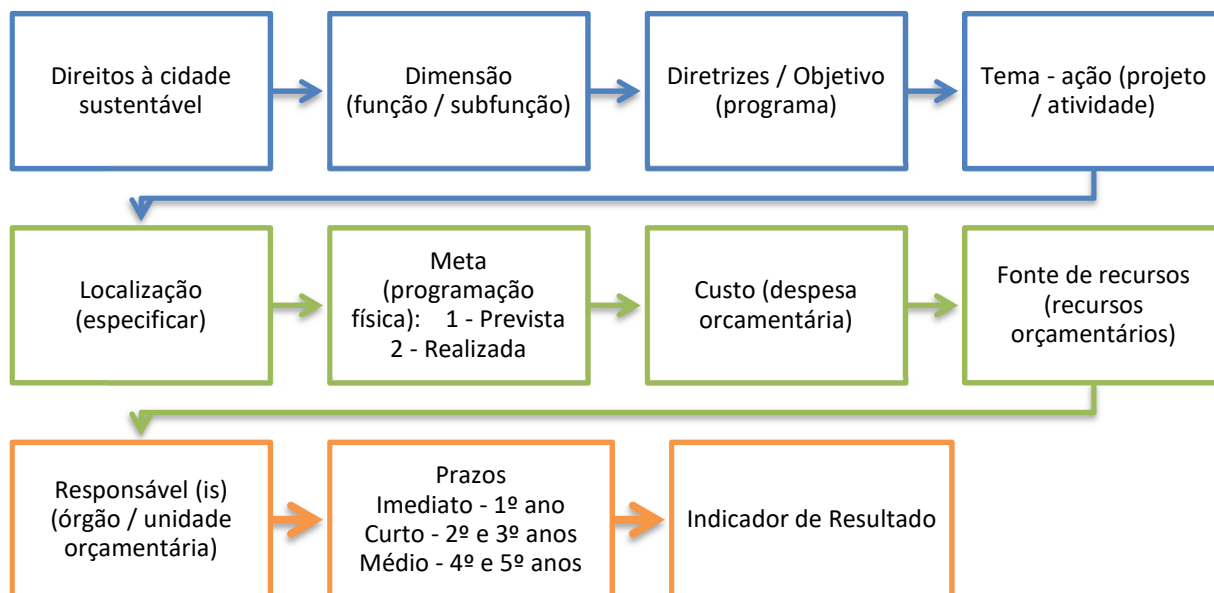
De acordo com as referências do Paranacidade, editado pelo Governo do Estado do Paraná, o PAI é o elemento balizador para permitir aos municípios o atendimento à Lei Estadual n.º 15.229, de 25 de julho de 2006, que torna a existência de Plano Diretor pré-requisito para obtenção de recursos junto ao Governo do Estado. A referida Lei destaca em seu Art. 3º, que os Planos Diretores Municipais devem observar as disposições do Estatuto da Cidade e serem constituídos ao menos de:

“IV - plano de ação e investimentos, compatibilizados com as prioridades do Plano Diretor, com o estabelecimento de ações e investimentos compatibilizado com a capacidade de investimento do Município e incorporado nas Leis do Plano Plurianual – PPA, Diretrizes Orçamentárias – LDO e Orçamento Anual – LOA (PARANÁ, 2006)”.

O PAI está elaborado em Matrizes, as quais terão como base as diretrizes estruturadas, suas ações prioritárias e medidas necessárias a sua execução, desenvolvidas na 3ª Fase: Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável. As diretrizes estão alinhadas aos “Direitos à Cidade Sustentável” relacionando-os aos eixos estruturantes, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil e suas metas relacionadas aos temas. Os ODS são objetivos interconectados e multidisciplinares que abordam os principais desafios de desenvolvimento, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades inclusivas até 2030.

A metodologia de elaboração do PAI compreende o alinhamento estratégico, com os direitos à cidade sustentável, a dimensão, diretrizes e ações prioritárias; os elementos estruturais de execução, com a localização, meta, custo e fonte de recursos; o componente de efetivação, com suas responsabilidades, prazos e indicador de monitorização, conforme Figura 1.

**Figura 1 – Modelo esquemático de elaboração do PAI**



Fonte: adaptado de TR Revisão do PDM, 2022

Ressalta-se que as Ações necessárias estão definidas na 3ª Fase: Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável, cujos prazos têm início no ano de aprovação do PDM. Considerando-se que a captação de recursos pode levar a prazos distintos, deve haver certa flexibilidade em relação à execução das respectivas ações, sendo também, imprescindível a avaliação continuada deste plano.

O PAI está concebido para um prazo de 5 anos. Deve ser avaliado anualmente, abrangendo o ano anterior (no máximo até o mês de abril do ano seguinte), e incluído mais um ano para mantê-lo com horizonte de 5 anos, de forma a ser subsídio para o Plano Plurianual (PPA), que é elaborado a cada 4 anos e anualmente, para subsidiar as leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamento Anual (LOA).

## **2. DETALHAMENTO DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS**

O detalhamento do Plano de Ação e Investimentos (PAI) tem como base o modelo esquemático da Figura 1. A partir de cada um dos Eixos Temáticos de Desenvolvimento e suas Diretrizes estabelecidas no Produto 3 (Quadro 1), foram definidas Metas, as quais têm por objetivo propiciar o detalhamento necessário para que o poder público, em parceria com a iniciativa privada e demais instituições, possa agir efetivamente, implementando as propostas do Plano Diretor Municipal. Quanto à elaboração do PPA para o período subsequente, os gestores municipais deverão contemplar todas as ações aqui alocadas (salvo aquelas já executadas) e poderão proceder a novas compatibilizações, além de inserir outras conforme a demanda municipal. O quadro a seguir apresenta os eixos propostos e suas temáticas para o município de Querência do Norte.

Assim, metodologia de elaboração do PAI compreende o alinhamento estratégico, com os direitos à cidade sustentável, a dimensão, diretrizes e ações prioritárias; os elementos estruturais de execução, com a localização, meta, custo e fonte de recursos; o componente de efetivação, com suas responsabilidades, prazos e indicador de monitorização.

A estrutura de apresentação do PAI será de acordo com o modelo de Matriz, no Quadro 2, para cada um dos 7 Eixos de Desenvolvimento do PDM.

Esta Matriz contempla 3 etapas distintas, delineadas a partir da Figura 1: (i) o alinhamento estratégico, com os direitos à cidade sustentável, a dimensão, diretrizes e ações prioritárias; (ii) os elementos estruturais de execução, com a localização, meta, custo e fonte de recursos; e (iii) o componente de efetivação do PAI, com suas responsabilidades, prazos de execução e indicador de monitorização das Metas.

**Quadro 1 – Eixos Temáticos de desenvolvimento e suas Diretrizes**

<b>EIXOS Temáticos (E)</b>	<b>DIRETRIZES (D)</b>
<b>Habitação (E1)</b>	D 1: Garantir o acesso à moradia digna e segura para todos, bem como a segurança da posse. D 2: Melhorar as condições habitacionais e urbanas da população mais vulnerável no município.
<b>Mobilidade e acessibilidade (E2)</b>	D 3: Melhorar as condições da Rodovia PR 473, das vias urbanas e das estradas rurais do município. D 4: Tornar a cidade mais acessível e priorizar o transporte não motorizado e o transporte coletivo. D 5: Melhorar o trânsito do município de modo geral.
<b>Aspectos socioeconômicos (E3)</b>	D 6: Reduzir desigualdades sociais, econômicas e socioterritoriais. D 7: Incentivar a diversidade de atividades industriais e atividades econômicas no município e incentivar a agricultura familiar.
<b>Meio ambiente e Patrimônio (E4)</b>	D 8: Demarcar de áreas de preservação permanente: vegetação nativa, APP de córregos e rios, nascentes e outras e fomentar a fiscalização sobre essas áreas. D 9: Valorizar, apoiar e proteger a cultura, a diversidade cultural e o patrimônio local como vetores de desenvolvimento humano, socioeconômico e sustentável. D 10: Reduzir as situações de vulnerabilidade ambiental no município.
<b>Infraestrutura (E5)</b>	D 11: Melhorar a infraestrutura do sistema viário do município de maneira integrada e compartilhada, priorizando o pedestre e o ciclista. D 12: Melhorar a infraestrutura de saneamento básico (água e esgotamento sanitário) e de manejo de águas pluviais. D 13: Ampliação da infraestrutura e acesso aos serviços de manejo de resíduos e outros serviços. D 14: Melhoria do sistema de saúde e educação do município. D 15: Melhoria e ampliação dos equipamentos públicos voltados ao esporte, cultura e lazer.
<b>Gestão urbana (E6)</b>	D 16: Ampliar a gestão democrática com sistemas de planejamento integrado e efetivo. D 17: Ampliar a atuação eficaz das secretarias e conselhos municipais, bem como os sistemas de gestão do Plano Diretor.
<b>Ordenamento territorial (E7)</b>	D 18: Definir macrozonas e zonas com diretrizes específicas à realidade de cada área, bem como perímetros urbanos e respectivos bairros, contribuindo para a gestão territorial. D 19: Reorganizar o parcelamento, uso e ocupação do solo.

Fonte: Alto Uruguai, 2022; adaptado de PDM, 3ª Fase, 2022

## Quadro 2 – Matriz modelo de apresentação do Plano de Ação e Investimentos (PAI)

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
ODS 1	E 1	D 1	A1.1	Todo Município	M1.1.1	R\$ xxx	Municipal	Departamento	Imediato	IM1
ODS 2	E 2	D 2	A1.2	Área Urbana	M1.1.2		Estadual	Secretaria	Curto	IM2
[ ... ]	[ ... ]	[ ... ]	[ ... ]	Distrito / Bairro	[ ... ]	[ ... ]	[ ... ]	[ ... ]	[ ... ]	[ ... ]
ODS 16	E 6	D 18	A19.2	Área Rural	M19.3.7		Federal	Autarquia	Médio	IM3
ODS 17	E 7	D 19	A19.3	Comunidade(s)	M19.3.8	R\$ xxxx.xxx	Internacional	Gabinete	Continuado	IMn

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022

Legenda: <sup>(1)</sup> Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU): ODS1, [...], ODS 17. <sup>(2)</sup> Dimensão – formada pelos Eixos Temáticos de Desenvolvimento: E1, [...], E7. <sup>(3)</sup> Diretrizes: D1, [...], D19. <sup>(4)</sup> Ações prioritárias: A1.1, [...], A19.3.

<sup>(5)</sup> Localização – descrição da abrangência de desenvolvimento da Ação: Todo Município, Área Urbana, Fração da Área Urbana (Bairro(s), Distrito(s), Macrozona(s)); Área Rural, Fração da Área Rural (Comunidade(s), Macrozona(s)). <sup>(6)</sup> Metas – medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias e alinhadas aos Eixos Temáticos de Desenvolvimento: M1.1.1, [...], M19.3.8. <sup>(7)</sup> Custo - despesa orçamentária, de valor estimado em Reais (R\$), para a execução da Meta: Valores numéricos em R\$ especificamente para cada Meta. Quanto tratar-se de custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes será considerado “indireto”. <sup>(8)</sup> Fonte de recursos - origem dos recursos orçamentários: Descrição da esfera governamental passível de acesso: Municipal, Estadual, Federal e/ou Internacional.

<sup>(9)</sup> Responsabilidade de execução da Meta: Descrição do órgão municipal e/ou unidade orçamentária: Departamento, Secretaria, Autarquia, Gabinete e/ou outro(s). <sup>(10)</sup> Prazo de execução da Meta - tempo previsto para o início da execução de cada meta, conforme prioridades municipais, sendo: Imediato para o 1º ano; curto prazo: entre o 2º e 3º anos; médio prazo: entre o 4º e 5º anos e longo prazo: continuado, para a ação de desenvolvimento ao longo dos 5 anos, podendo em suas revisões terem o prazo estendido, conforme especificidades.

### **3. VIABILIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS E O PLANO PLURIANUAL**

O Plano de Ação de Investimentos (PAI) deve estar indissociável ao Plano Diretor Municipal (PDM) e ao Plano Plurianual (PPA), bem como a Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Este alinhamento está previsto na Lei Federal n.º 10.257/2001, conhecido como o Estatuto da Cidade, estabelece diretrizes gerais da política urbana.

A partir do estabelecimento deste PAI, o município deverá proceder à compatibilização deste com o(s) PPAs vigentes e subsequentes, bem como os demais instrumentos, de forma a evitar duplicidades e onerações já previstas, haja vista, as ações do PAI, serem objeto de complementação dos próximos PPAs, LDOs e LOAs. Da mesma forma, sempre que houver alterações deliberadas para este PAI, deverá ser promovida a devida compatibilização com os instrumentos necessários.

#### **3.1 Fontes de Recursos para o PAI**

A viabilização do PAI poderá utilizar as diversas fontes de recursos disponíveis. Eles podem ser recursos (i) próprios, (ii) de terceiros, onerosos ou não, ou (iii) parceria público-privadas. Estes estão melhores detalhados na sequência, explorando os fatores que levariam a optar por esta ou aquela alternativa.

- (i) Recursos próprios - Os recursos próprios são oriundos da capacidade operacional do município, isto é, receitas livres de vinculação às despesas, necessários para a execução de ações do PAI;
- (ii) Recursos de terceiros, onerosos ou não onerosos - Ações poderão ser viabilizadas através de recursos mediante empréstimos e financiamentos de longo prazo ou não onerosos, também conhecidos como de fundo perdido. A fonte de recurso “onerosa” tem o seu valor total financiado devolvido em parcelas mensais durante o período contratado, sendo embutidas nestas parcelas juros e correções monetárias sobre o valor principal. Para a contratação destes recursos é necessário que o Município possua capacidade

de endividamento e de pagamento dos recursos financiados, conforme prevê a Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Para a utilização de recursos “não onerosos” é necessária, principalmente, a identificação de programas com estas características e as respectivas regras de contratação. Ressalta-se que mesmo sendo uma fonte não onerosa para o Município, é comum a exigência de contrapartidas orçamentárias e financeiras. Portanto, o Município deverá alocar parte de seus recursos orçamentários na execução destas ações.

- (iii) Recurso de parcerias público-privado – As ações do PDM poderão também, serem viabilizadas com parcerias do Município junto com instituições públicas e privadas. Nesta modalidade de parceria, ambos os lados participam dos investimentos necessários para a execução das ações, seja com recursos materiais, humanos e financeiros, uma vez que o resultado obtido favorecerá todos os parceiros envolvidos. Salienta-se, porém, que esta modalidade de parceria pressupõe contrapartida de ambos os lados, sendo necessário que seja incluso nos orçamentos anuais a parcela de investimentos realizados por conta de recursos próprios do Município.

### **3.2 Capacidade de investimento do município**

A capacidade de investimento e de pagamento de dívidas é fundamental para o desenvolvimento dos municípios, estados e a própria União.

Para analisar a capacidade de investimento, utiliza-se como base a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, cujo limite está definido no Art. 3º, inciso II, o qual estipulou que a condição máxima permitida aos municípios para seu endividamento líquido não deve ser superior a 1,2 vezes a sua geração de receita corrente líquida (RCL).

Por outro lado, a capacidade de pagamento da dívida, está alicerçada à condição do município gerar superávits primários (resultado primário positivo) suficientes para pagamento das respectivas parcelas da dívida, formada por juros, encargos da dívida e amortizações. O cálculo do superávit primário está regulamentado na Portaria nº 587, de 29 de agosto de 2005, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



O resultado primário positivo municipal é assim formado: (receitas – despesas), excluídos seus encargos e respectivas despesas. Contudo, ressalta-se que é de fundamental importância que os gestores municipais realizem seus investimentos na proporção da evolução da arrecadação e, se possível, implantar controles e práticas de gestão que resultem na diminuição das despesas de manutenção e custeio, o que possibilitará aumentar sua capacidade de investimento.

Os resultados primários nos exercícios de 2018 a 2022 estão apresentados na Tabela 1. Apesar de resultados com oscilações, o município apresenta resultados primários positivos e acima da média de municípios do mesmo porte.

**Tabela 1 – Resultados primários do município de Espigão Alto do Iguaçu: período 2018 a 2022**

Ano	Receita	Despesa	Resultado primário	Superávit (%)
2018	19.398.180,85	16.538.424,84	2.859.756,01	14,74%
2019	20.420.036,38	17.904.297,00	2.515.739,38	12,32%
2020	20.774.503,45	17.345.068,65	3.429.434,80	16,51%
2021	25.968.527,06	18.921.705,71	7.046.821,35	27,14%
2022*	28.548.668,23	23.477.023,65	5.071.644,58	17,76%
2022**	31.144.001,71	25.611.298,53	5.532.703,18	17,76%

Fonte: Elaborado a partir da prestação de contas do município de Espigão Alto do Iguaçu, por Alto Uruguai, 2022.

Legenda: \*Valores resultantes do período de janeiro a novembro de 2022. \*\* Valores projetados a partir da execução de janeiro a novembro de 2022.

Ademais, ressalta-se que a capacidade de pagamento, para efeito da análise da viabilidade de implantação do Plano de Ação e Investimentos, está atrelada ao superávit primário, o qual deverá cobrir as parcelas da dívida e o montante das contrapartidas necessárias conforme a fonte de recursos adotada.

Por conseguinte, a situação mais desfavorável para um Município é a realização de empréstimos e financiamentos elevados para a execução do PAI, uma vez que nesta condição, o município gerará gastos superiores de juros e encargos sobre a dívida contraída para vários anos futuros.

Não obstante, a maior parte destas linhas de crédito exige a participação do município através da contrapartida de recursos próprios. Na forma de financiamento

do PAI com recursos próprios, evitará a necessidade de gastos com juros e encargos da dívida.

As capacidades de investimento e pagamento devem ser calculadas sistematicamente, o que fundamentará a tomada de decisão sobre qual a tipologia de fonte de recurso a ser utilizada. A Tabela 2 apresenta a simulação dos indicadores de endividamento e de pagamento da dívida existente no Município tendo como base o ano de 2021.

**Tabela 2 – Capacidade de endividamento do Município ano base de 2021**

ITEM	Discriminação	Valores
1	Receita Corrente Líquida (RCL) no período de 12 meses (ano base 2021)	25.968.527,06
2	Valor máximo permitido para o saldo da dívida consolidada líquida = 1,2 x RCL	31.162.232,47
3	Saldo da dívida consolidada líquida apurada no período (ano base 2021)	2.287.459,73
4	Capacidade de endividamento no período = [2] – [3]	28.874.772,74
5	Valor das ações previstas no PAI já contemplado no PPA	0,00
6	<b>Investimento Total do PAI no PDM</b>	<b>49.530.000,00 (*)</b>

Fonte: Elaborado a partir da prestação de contas do município de Espigão Alto do Iguaçu, por Alto Uruguai, 2022.

Legenda: (\*) Montante total para investimentos no período 2023 a 2027. O respectivo montante não considera possíveis valores já previstos no PPA 2022 a 2025.

Nota: Ressalta-se que algumas ações deverão ser revistas, em termos de custos, para que o saldo suporte a execução do Plano de Ações e Investimentos.

### 3.3 PREVISÃO DAS RECEITAS PERÍODO 2022 A 2027

A previsão de receitas para o período de execução do PAI teve como base as previsões constantes no PPA 2022 a 2025, e, a partir destes projetada para os anos de 2026 e 2027, conforme Tabela 3.

A previsão é muito positiva, apresenta evolução de 40,25%, o que permite visualizar cenários de exequibilidade do PAI e suas evoluções a partir das revisões futuras do Plano Diretor Municipal.

**Tabela 2 – Previsão de receitas do município de Espigão Alto do Iguaçu: período 2022 a 2027**

RECEITAS	RECEITAS DO PLANO PLURIANUAL (2022 A 2025)				RECEITAS PROJETADAS*	
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Receitas Correntes	26.087.500	27.913.625	29.867.579	31.958.309	34.195.391	36.589.068
Receitas de Capital	4.892.306				5.234.767	
<b>TOTAL</b>	<b>30.981.828</b>	<b>27.915.648</b>	<b>29.869.603</b>	<b>31.960.334</b>	<b>39.430.158</b>	<b>36.589.068</b>

Fonte: Elaborado a partir do PPA 2022 a 2025 do município de Espigão Alto do Iguaçu, por Alto Uruguai, 2022.

Legenda: \*Receitas projetadas tendo como base a média projetada no PPA vigente. Receitas Correntes (7,00% a.a.); Receitas de Capital (7,0% no quadriênio).

Com base na previsão de receitas apresentada na Tabela 2, e o histórico dos resultados primários, apresentados na Tabela 1, foi possível projetar a capacidade de investimento com recursos próprios, conforme Tabela 3.

**Tabela 3 – Capacidade projetada de investimentos do município de Espigão Alto do Iguaçu: período 2022 a 2027**

Ano	Receita	Despesa	Resultado Primário	Capacidade de investimentos (%)
<b>2022</b>	30.981.828,03	25.498.044,47	5.483.783,56	17,70
<b>2023</b>	27.915.648,00	23.169.987,84	4.745.660,16	17,00
<b>2024</b>	29.869.602,78	24.881.379,12	4.988.223,66	16,70
<b>2025</b>	31.960.334,28	26.686.879,12	5.273.455,16	16,50
<b>2026<sup>(*)</sup></b>	39.430.158,38	33.042.472,72	6.387.685,66	16,20
<b>2027<sup>(*)</sup></b>	36.589.068,29	30.734.817,37	5.854.250,93	16,00
<b>TOTAL</b>	<b>196.746.639,77</b>	<b>164.013.580,64</b>	<b>32.733.059,13</b>	<b>16,64</b>

Fonte: Elaborado a partir do PPA 2022 a 2025 do município de Espigão Alto do Iguaçu, por Alto Uruguai, 2022.

Legenda: \*Valores projetados a partir do PPA 2022 a 2025.

#### **4. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS**

Plano de Ação e Investimento (PAI) para a implementação do Plano Diretor Espigão Alto do Iguaçu, contendo orientações para a execução das propostas resultantes do processo de revisão do Plano Diretor, elaboradas a partir da Análise Temática Integrada (2ª Fase) e de insumos técnicos e comunitários, e apresentadas na Fase 3 estão detalhadas nas Matrizes 1 a 19. As Matrizes correspondem as Diretrizes e contemplam os sete eixos temáticos de desenvolvimento.

**MATRIZ 1 – Eixo Temático de Desenvolvimento Habitação (E1) e Diretriz 1 (D1)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta) * Indiretos	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 1 – Meta 1.5; ODS 11 – Meta 11.1</b>	<b>E1 - Eixo Temático de Desenvolvimento: Habitação</b>	<b>D1 - Garantir o acesso à moradia digna e segura para todos, bem como a segurança da posse.</b>	<b>A1.1 – Criar programas habitacionais.</b>	Todo Município	<b>M1.1.1</b> – Instituir a Secretaria de Habitação e corpo técnico destinado à atuação na área habitacional.	500.000	Municipal	Gabinete do Prefeito	Imediato	Secretaria de habitação instituída
					<b>M1.1.2</b> – Elaborar estudos para captação de recursos e implementação de projetos para novas unidades habitacionais.	Indiretos	Municipal Estadual	Secretaria de Habitação	Curto	Quantidade de estudos de captação de recursos realizados
					<b>M1.1.3</b> – Utilizar recursos Federais, Municipais e Estaduais, bem como advindos do Fundo Municipal de Habitação.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Secretaria de Habitação	Médio	Recursos aplicados em habitação
					<b>M1.1.4</b> – Reavaliar a definição de baixa renda que consta no Plano Diretor atual.	Indiretos	Municipal	Secretaria de Habitação	Imediato	Qualificação de baixa renda revisada
			<b>A1.2 – Promover a regularização fundiária de áreas passíveis (Relaciona-se com a A21.2).</b>	Área Urbana	<b>M1.2.1</b> – Realizar levantamento e manter cadastro permanente das áreas irregulares existentes no município com vistas a identificar aquelas passíveis de regularização.	Indiretos	Municipal	Secretaria de Habitação	Curto	Implantação do cadastro de áreas irregulares do município
					<b>M1.2.2</b> – Criar programa municipal para a promoção de regularização fundiária com base nas legislações municipais pertinentes e na Lei Federal nº 13.465/2017 (REURB).	80.000	Municipal Estadual	Gabinete do Prefeito	Médio	Implantação do Programa
				Todo Município	<b>M1.2.3</b> – Manter o cadastramento das famílias atualizado e buscar junto aos entes federais alternativas dentro das políticas habitacionais.	Indiretos	Estadual Federal	Secretaria de Habitação	Longo	% de famílias cadastradas para o programa habitacional
					<b>M1.2.4</b> – Oferecer assistência técnica e jurídica gratuita para comunidades e grupos sociais menos favorecidos.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito	Longo	% de comunidades e grupos sociais atendidos

*Continua...*

Final Matriz 1: Eixo 1 - Diretriz 1

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
ODS 1 – Meta 1.5; ODS 11 – Meta 11.1	E1 - Eixo Temático de Desenvolvimento: Habitação	D1 - Garantir o acesso à moradia digna e segura para todos, bem como a segurança da posse.	A1.3 – Realocar populações que se encontram em áreas de risco ou APPs.	Todo Município	M1.3.1 – Realizar levantamento das ocupações antrópicas existentes em áreas de risco e APPs e realizar estudo Socioambiental para caracterização das áreas de risco.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Secretaria de Habitação	Médio	Levantamento de ocupações e estudo socioambiental realizado
					M1.3.2 – Promover programa habitacional para a regularização ou realocação das famílias residentes em áreas de risco e APPs, considerando sempre a proximidade do novo local com o local antigo de moradia, além de fatores sociais e culturais.	300.000	Municipal Estadual Federal	Secretaria de Habitação	Longo	% de moradias/lotos regularizados perante a quantidade atual
					M1.3.3 – Fiscalizar as ocupações em áreas de risco e APPs e conscientizar a população sobre a ocupação destes locais.	Indiretos	Municipal Estadual	Secretaria de Meio Ambiente	Imediato	Existência de fiscalização
			A1.4 – Demarcar áreas de ZEIS. (Relaciona-se com A21.2)	Área Urbana	M1.4.1 – Incluir no zoneamento urbano municipal áreas de ZEIS com objetivos à regularização das áreas passíveis.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito	Curto	Definição de áreas ZEIS
					M1.4.2 – Incluir no zoneamento urbano municipal áreas de ZEIS com objetivos a reserva de áreas em locais com infraestrutura e próximas à serviços, comércio e equipamentos para a implantação de Habitação de Interesse Social.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito	Curto	Definição de áreas ZEIS para reserva futura
			A1.5 – Ampliar as formas de alimentação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FHIS).	Todo Município	M1.5.1 – Captar recursos para o FHIS com IPTU, ITBI, solo criado e outros instrumentos urbanos previstos no Plano Diretor.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito	Longo	Recursos captados para o FHIS
					M1.5.2 – Buscar parcerias junto a COHAPAR para a construção de HIS.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito	Longo	Número de parcerias para construção de HIS firmadas com a COHAPAR

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares. (1) Direitos à cidade sustentável; (2) Dimensão (Eixos Temáticos); (3) Diretrizes; (4) Ações Prioritárias; (5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento); (6) Metas; (7) Custo; (8) Fonte de recursos; (9) Responsável (is); (10) Prazos de execução; (11) Indicador de Monitoramento.

**MATRIZ 2 – Eixo Temático de Desenvolvimento Habitação (E1) e Diretriz 2 (D2)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 11 – Meta 11.1</b>	<b>E1 - Eixo Temático de Desenvolvimento: Habitação</b>	<b>D2 - Melhorar as condições habitacionais e urbanas da população mais vulnerável no município.</b>	<b>A2.1 – Desenvolver programas de melhorias habitacionais.</b>	Todo Município	<b>M2.1.1 –</b> Realizar levantamento dos números do déficit habitacional quantitativo e qualitativo no município.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito	Imediato	% de déficit habitacional municipal
					<b>M2.1.2 –</b> Realizar levantamento das residências inseridas no déficit habitacional qualitativo com vistas a identificar e caracterizar as principais necessidades de melhorias habitacionais.	Indiretos	Municipal	Secretaria de Habitação	Curto	% de residências com déficit habitacional qualitativo por necessidades
					<b>M2.1.3 –</b> Desenvolver programas de melhorias habitacionais através de incentivo à Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social com base na Lei nº 11.888 de 2008.	Indiretos	Municipal Estadual	Gabinete do Prefeito Secretaria de Habitação	Imediato	Número de programas de melhorias habitacionais desenvolvidos no período
			<b>A2.2 – Desenvolver programas para a construção de módulos sanitários nas residências.</b>	Todo Município	<b>M2.2.1 –</b> Em parceria com agentes de saúde, realizar levantamento e classificação das famílias que não possuem instalações sanitárias nas suas residências, ou que possuem em situação insalubre.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Secretaria de Saúde e de Habitação	Imediato	% de famílias que não possuem instalações sanitárias ou possuem situação insalubre
					<b>M2.2.2 –</b> Implementar parcerias com outros órgãos e conselhos como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Paraná e o governo do Estado com vistas a construir e efetivar programas de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.	2.500.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito	Longo	Número de parcerias para construção de HIS firmadas
					<b>M2.2.3 –</b> Mobilizar recursos municipais, estaduais e Federais para a implementação de programas.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito	Longo	Valores captados para programas de habitação

*Continua...*

**Final Matriz 2: Eixo 1 - Diretriz 2**

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
<b>ODS 11 – Meta 11.1</b>	<b>E1 - Eixo Temático de Desenvolvimento: Habitação</b>	<b>D2 - Melhorar as condições habitacionais e urbanas da população mais vulnerável no município.</b>	<b>A2.3 – Promover a qualificação dos loteamentos de interesse social e conjuntos habitacionais.</b>	Todo Município	<b>M2.3.1 –</b> Implantar e qualificar a infraestrutura de arruamento nos loteamentos existentes. Incluindo pavimentação das vias, implantação de passeios públicos e galerias pluviais.	3.000.000	Municipal Estadual Federal	Secretaria de Obras e de Habitação	Longo	% de arruamento com vias pavimentadas/ passeios públicos/ galerias pluviais implantadas no período
					<b>M2.3.2 –</b> Implantar e qualificar a infraestrutura de iluminação e demais equipamentos como lixeiras nos loteamentos existentes no município.	2.000.000	Municipal Estadual Federal	Secretaria de Obras e de Habitação	Longo	Número de postes com iluminação pública / de lixeiras instaladas no período

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; **(1)** Direitos à cidade sustentável; **(2)** Dimensão (Eixos Temáticos); **(3)** Diretrizes; **(4)** Ações Prioritárias; **(5)** Localização (Abrangência de Desenvolvimento); **(6)** Metas; **(7)** Custo; **(8)** Fonte de recursos; **(9)** Responsável (is); **(10)** Prazos de execução; **(11)** Indicador de Monitoramento.



**MATRIZ 3 – Eixo Temático de Desenvolvimento Mobilidade e Acessibilidade (E2) e Diretriz 3 (D3)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 11 – Meta 11.2</b>	<b>E2 - Eixo Temático de Desenvolvimento: Mobilidade e Acessibilidade.</b>	<b>D3 - Melhorar as condições da Rodovia PR 473, das vias urbanas e das estradas rurais do município.</b>	<b>A3.1 – Melhorar as condições da Rodovia PR-473, principalmente no trecho em que corta o perímetro urbano do município.</b>	Perímetro Urbano	<b>M3.1.1 –</b> Estabelecer parceria com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER-PR) para viabilizar a melhoria das condições da rodovia PR-473 no trecho em que corta o perímetro urbano do município.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Setor de Engenharia	Curto	Parceria com DER-PR efetivada
					<b>M3.1.2 –</b> Implantar acostamento onde não há e melhorar as condições dos acostamentos existentes nesta rodovia.	-	Estadual Federal	Setor de Engenharia	Médio	Acostamento na PR-473 implantado
					<b>M3.1.3 –</b> Implantar travessias de pedestres visando a priorização deste meio de transporte e garantindo a segurança do transeunte.	-	Estadual Federal	Setor de Engenharia	Médio	Travessias de pedestres na PR-473 implantadas
					<b>M3.1.4 –</b> Implantar faixas elevadas e redutores de velocidade no trecho da rodovia que corta o perímetro urbano do município.	-	Estadual Federal	Setor de Engenharia	Médio	Faixas elevadas na PR-473 instaladas
			<b>A3.2 – Melhorar a condição das estradas rurais do município considerando a sua importância no deslocamento entre as comunidades e entre elas e o centro urbano.</b>	Área Rural	<b>M3.2.1 –</b> Realizar Mapeamento das estradas rurais e de suas condições por meio de georreferenciamento.	100.000	Municipal Estadual	Setor de Engenharia	Curto	Mapeamento de estradas rurais georreferenciado realizado
					<b>M3.2.2 –</b> Dar continuidade a melhoria das estradas rurais.	1.000.000	Municipal Estadual	Secretaria de Obras	Longo	Km de estradas rurais com melhorias executadas no ano
					<b>M3.2.3 –</b> Realizar estudos para verificar a possibilidade de pavimentação dos trechos com maior fluxo.	Indiretos	Municipal Estadual	Setor de Engenharia	Curto	Estudo de pavimentação de trechos rurais realizado

*Continua...*

**Final Matriz 3: Eixo 2 - Diretriz 3**

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
<b>ODS 11 – Meta 11.2</b>	<b>E2</b> - Eixo Temático de Desenvolvimento: Mobilidade e Acessibilidade.	<b>D3</b> - Melhorar as condições da Rodovia PR 473, das vias urbanas e das estradas rurais do município.	<b>A3.3</b> – Melhorar a condição das vias e passeios públicos na área urbana do município.	Todo Município	<b>M3.3.1</b> – Melhorar a condição da pavimentação das vias nos trechos considerados críticos.	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Setor de Engenharia Secretaria de Obras	Longo	Km de vias com pavimentação restaurada no período anual
					<b>M3.3.2</b> – Melhorar a condição das calçadas através da regulamentação em Lei. Definir que as calçadas devem ser projetadas de forma acessível.	1.000.000	Municipal Estadual	Gabinete do Prefeito Setor de Engenharia Secretaria de Obras	Longo	Km de calçadas melhoradas conforme regulamentação em Lei no período anual

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; **(1)** Direitos à cidade sustentável; **(2)** Dimensão (Eixos Temáticos); **(3)** Diretrizes; **(4)** Ações Prioritárias; **(5)** Localização (Abrangência de Desenvolvimento); **(6)** Metas; **(7)** Custo; **(8)** Fonte de recursos; **(9)** Responsável (is); **(10)** Prazos de execução; **(11)** Indicador de Monitoramento.

**MATRIZ 4 – Eixo Temático de Desenvolvimento Mobilidade e Acessibilidade (E2) e Diretriz 4 (D4)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 11</b> – Metas: 11.2; 11.6; 11.7	<b>E2</b> - Eixo Temático de Desenvolvimento: Mobilidade e Acessibilidade.	<b>D4</b> - Tornar a cidade mais acessível e priorizar o transporte não motorizado e o transporte coletivo.	<b>A4.1</b> – Criar rotas acessíveis na cidade.	Todo Município Área Urbana	<b>M4.1.1</b> – Criar rota acessível nas vias principais.	Indiretos	Municipal	Sector de Engenharia	Imediato	Rotas acessíveis criadas
					<b>M4.1.2</b> – Melhorar a condição das calçadas, passeios e travessias de pedestres nestas rotas.	500.000	Municipal Estadual Federal	Sector de Engenharia Secretaria de Obras	Médio	Km de calçadas, nº de passeios e travessias melhoradas/ano
					<b>M4.1.3</b> – Ampliar as calçadas e/ou repensar a arborização que impede a passagem de pedestres e de cadeiras de rodas nas calçadas.	200.000	Municipal Estadual Federal	Sector de Engenharia Secretaria de Obras	Longo	Nº de acessos para cadeiras de rodas adequados/ano
					<b>M4.1.4</b> – Implementar acessibilidade nos equipamentos públicos do município, como prefeitura, postos de saúde, entre outros.	500.000	Municipal Estadual Federal	Sector de Engenharia Secretaria de Obras	Curto	Nº de equipamentos de acessibilidade instalados e/ou adequados/ano
				Todo Município	<b>M4.1.5</b> – Implementar legislação quanto às calçadas, especificando a forma correta de construí-las, garantindo a acessibilidade.	Indiretos	Municipal	Sector de Engenharia Secretaria de Obras	Imediato	Legislação com garantia de acessibilidade implantada
					<b>M4.1.6</b> – Implementar travessias de pedestres sobre o Rio Passo Liso, para promover maior conectividade entre o Bairro Vila Rica e o setor próximo à PR-473.	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Sector de Engenharia Secretaria de Obras	Médio	Nº de travessias sobre o Rio Passo Liso, instaladas.

*Continua...*

Final Matriz 4: Eixo 2 - Diretriz 4

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
ODS 11 – Meta 11.2	E2 - Eixo Temático de Desenvolvimento: Mobilidade e Acessibilidade.	D4 - Tornar a cidade mais acessível e priorizar o transporte não motorizado e o transporte coletivo.	A4.2 – Ampliar o número de travessias de pedestres no município.	Todo Município	M4.2.1 – Realizar análise das rotas e fluxos de pedestres no município e implantar travessias de pedestres nos principais trechos.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Setor de Engenharia	Imediato	Análise das rotas e fluxos de pedestre realizada
					M4.2.2 – Implementar travessias de pedestres seguras na PR-473.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Setor de Engenharia	Médio	Travessias de pedestres seguras na PR-473 instaladas
			A4.3 – Qualificar o transporte escolar no município.	Todo o município	M4.3.1 – Implementação de alternativas ou subsídio para o transporte coletivo municipal ligando a sede aos distritos e comunidades rurais.	Indiretos	Municipal Estadual	Gabinete do Prefeito Secretaria Administração	Imediato	Alternativas para o transporte coletivo municipal implantado
					M4.3.2 – Ampliação de transporte escolar atendendo a sede e as comunidades rurais e distritos.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Secretaria Educação	Imediato	Transporte escolar ampliado na sede, comunidades rurais e distritos
					M4.3.3 – Regular o transporte coletivo e escolar urbano e rural por meio de licitação e concessões de uso para empresas realizarem esse serviço.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Setor Licitação	Curto	Transporte coletivo e escolar urbano e rural licitado
			A4.4 – Implementar ciclovias e/ou ciclofaixas no município	Área Urbana	A4.4.1 – Implementação de ciclovias nas vias marginais ou na rodovia PR - 473, no trecho em que corta o perímetro urbano do município.	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Setor de Engenharia	Curto	Ciclovias nas vias marginais ou na rodovia PR-473 que corta a área urbana instalada

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; (1) Direitos à cidade sustentável; (2) Dimensão (Eixos Temáticos); (3) Diretrizes; (4) Ações Prioritárias; (5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento); (6) Metas; (7) Custo; (8) Fonte de recursos; (9) Responsável (is); (10) Prazos de execução; (11) Indicador de Monitoramento.

**MATRIZ 5 – Eixo Temático de Desenvolvimento Mobilidade e Acessibilidade (E2) e Diretriz 5 (D5)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 11 – Metas: 11.2; 11.7</b>	<b>E2 - Eixo Temático de Desenvolvimento: Mobilidade e Acessibilidade.</b>	<b>D5 - Melhorar o trânsito do município de modo geral.</b>	<b>A5.1 – Melhorar a Sinalização e regulamentação do Trânsito.</b>	Todo Município	<b>M5.1.1 –</b> Melhoria e ampliação da sinalização de trânsito.	100.000	Municipal	Setor de Engenharia Secretaria de Obras	Imediato	Melhorias realizadas/ano
					<b>M5.1.2 –</b> Implantação de placas de trânsito em todo o município, sede e distritos.	200.000	Municipal Estadual		Curto	Placas de trânsito instaladas/ano
					<b>M5.1.3 –</b> Realizar a revisão da Lei Municipal nº 323/2006 e Lei nº 686/2015 e contradições existentes no texto em relação à largura mínima das vias, adequando-as ao contexto urbano municipal.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Câmara de Vereadores	Imediato	Lei Municipal nº 323/2006 e Lei nº 686/2015 revisadas
					<b>M5.1.4 –</b> Implementar sinalização de trânsito no entorno das escolas do município para a redução da velocidade dos veículos, sinalização de travessias de estudantes, sinalização de locais de embarque e desembarque, entre outros.	500.000	Municipal Estadual	Setor de Engenharia Secretaria de Obras	Longo	Nº de sinalizações implantadas/ano
					<b>M5.1.5 –</b> Renovar a sinalização dos nomes das ruas da Sede e do Distrito.	200.000	Municipal	Setor de Engenharia Secretaria de Obras	Longo	Sinalização de logradouros renovados
					<b>M5.1.6 –</b> Implementar programa para identificar e padronizar a numeração das casas da sede e do distrito.	Indiretos	Municipal		Curto	Padronização da numeração de edificações implantada
					<b>M5.1.7 –</b> Padronizar através de lei específica o nome das ruas denominadas Rua Belém, Rua Paranaíba e Rua Buenos Aires, já que compõe trechos de uma mesma via.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Câmara de Vereadores	Imediato	Padronização do nome das ruas através de Lei

*Continua...*

Final Matriz 5: Eixo 2 - Diretriz 5

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
<b>ODS 11 – Meta 11.2</b>	<b>E2 - Eixo Temático de Desenvolvimento: Mobilidade e Acessibilidade.</b>	<b>D5 - Melhorar o trânsito do município de modo geral.</b>	<b>A5.2 – Melhorar a conexão viária entre bairros da sede.</b>	Área Urbana	<b>M5.2.1 – Prever a conexão dos loteamentos afastados por mais de uma via.</b>	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia Secretaria de Obras	Longo	Nº de Loteamentos afastados com 2 ou mais vias de conexão

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; **(1)** Direitos à cidade sustentável; **(2)** Dimensão (Eixos Temáticos); **(3)** Diretrizes; **(4)** Ações Prioritárias; **(5)** Localização (Abrangência de Desenvolvimento); **(6)** Metas; **(7)** Custo; **(8)** Fonte de recursos; **(9)** Responsável (is); **(10)** Prazos de execução; **(11)** Indicador de Monitoramento.

**MATRIZ 6 – Eixo Temático de Desenvolvimento Aspectos Socioeconômicos (E3) e Diretriz 6 (D6)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 1 – Metas: 1.2; 1.4 ODS 10 – Meta: 10.4</b>	<b>E3 - Eixo Temático Aspectos Socioeconômicos.</b>	<b>D6 - Reduzir desigualdades sociais, econômicas e socioterritoriais.</b>	<b>A6.1 – Ampliar a proteção social através da adoção de políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.</b>	Todo Município	<b>M6.1.1</b> – Estabelecer políticas intersetoriais (saúde, educação, habitação) com vistas a garantir acesso aos serviços de proteção social básica a todas as famílias e indivíduos.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Câmara de Vereadores	Imediato	Política intersetorial estabelecida
					<b>M6.1.2</b> – Adotar políticas fiscais e/ou parcerias visando garantir maior igualdade.	Indiretos	Municipal Estadual	Gabinete do Prefeito	Longo	Políticas de garantias de igualdade adotadas
					<b>M6.1.3</b> – Ampliar o acesso ao mercado de trabalho com intuito de promover a inclusão social de todos os cidadãos em situação de vulnerabilidade.	Indiretos	Municipal Estadual	Setor de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	Longo	Nº de Pessoas beneficiadas
					<b>M6.1.4</b> – Qualificar e ampliar a oferta de oportunidades de trabalho voltado principalmente aos jovens.	200.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	Curto	Nº de Pessoas beneficiadas
					<b>M6.1.5</b> – Implementar ações de qualificação profissional para a população em situação de vulnerabilidade e risco social.	300.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	Longo	Nº de Pessoas beneficiadas
					<b>M6.1.6</b> – Implementar a fiscalização para a regularização do trabalho com vistas a maior segurança e garantia de direitos ao trabalhador.	Indiretos	Municipal Estadual	Gabinete do Prefeito	Imediato	Nº de fiscalização proativas realizadas

*Continua...*

Continuação Matriz 6: Eixo 3 - Diretriz 6

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
ODS 1 – Metas: 1.2; 1.4 ODS 10 – Meta: 10.4	E3 - Eixo Temático Aspectos Socioeconômicos.	D6 - Reduzir desigualdades sociais, econômicas e socioterritoriais.	A6.2 – Garantir a justa distribuição dos equipamentos na cidade – garantir o acesso a todos.	Todo Município	M6.2.1 – Analisar o raio de abrangência dos equipamentos públicos do município (escolas, postos de saúde, assistência social) e garantir que os mesmos atendem toda a população, incluindo aquela mais periférica.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Setor de Engenharia Secretaria de Obras	Imediato	Análise de abrangência dos equipamentos públicos instalados realizada
					M6.2.2 – Destinar áreas na cidade e nos bairros, através do zoneamento urbano, para a implantação de equipamentos públicos como praças, parques, equipamentos de cultura, entre outros.	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Setor de Esporte, Cultura, Turismo	Longo	Nº de novas áreas equipadas e destinadas aos usos públicos/ período
			A6.3 – Garantir, através do zoneamento urbano, a reserva de terras para habitação da população de baixa renda em áreas centrais e com infraestrutura.	Todo Município	M6.3.1 – Demarcar áreas de ZEIS em áreas dotadas de infraestrutura urbana no zoneamento urbano e Plano Diretor do município.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Setor de Engenharia	Curto	Nº de áreas em ZEIS demarcadas
					M6.3.2 – Criar políticas de incentivo para a produção habitacional de interesse social.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Câmara de Vereadores	Curto	Políticas de incentivo a PHIS criadas
					M6.3.3 – Implantar programas habitacionais de interesse social, buscando parcerias estaduais e federais.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Secretaria de Habitação	Longo	Programas de PHIS implantados/ período

Continua...

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; (1) Direitos à cidade sustentável; (2) Dimensão (Eixos Temáticos); (3) Diretrizes; (4) Ações Prioritárias; (5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento); (6) Metas; (7) Custo; (8) Fonte de recursos; (9) Responsável (is); (10) Prazos de execução; (11) Indicador de Monitoramento.



**Continuação Matriz 6: Eixo 3 - Diretriz 6**

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
<b>ODS 1 – Metas: 1.2; 1.4 ODS 10 – Meta: 10.4</b>	<b>E3 - Eixo Temático Aspectos Socioeconômicos.</b>	<b>D6 - Reduzir desigualdades sociais, econômicas e socioterritoriais.</b>	<b>A6.4 – Criar e fortalecer a política habitacional de interesse social no município.</b>	Todo Município	<b>M6.4.1 –</b> Levantar e atualizar dados relacionados ao déficit habitacional do município.	Indiretos	Municipal	Secretaria de Habitação	Imediato	Banco de dados de demanda habitacional atualizado
					<b>M6.4.2 –</b> Implementar a secretaria de Habitação do município e ampliar seu quadro técnico especializado. <b>(Indicada na M1.1.1)</b>	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Secretaria de Habitação	Curto	Secretaria de Habitação com Corpo Técnico Instalada
					<b>M6.4.3 –</b> Elaborar e implementar o Plano Local de Regularização Fundiária e o Plano Local de Habitação de Interesse Social. <b>(Alinhada com M1.2.2)</b>	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Câmara de Vereadores	Médio	Plano elaborado e implementado no prazo
			<b>A6.5 – Fortalecer as políticas voltadas a saúde do município.</b>	Todo Município	<b>M6.5.1 –</b> Ampliar a oferta de atendimento das Unidades Básicas de Saúde.	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Secretaria de Saúde	Longo	Nº de atendimentos nas UBS / período
					<b>M6.5.2 –</b> Melhorar a infraestrutura física dos equipamentos de saúde (hospital e unidades de saúde já existentes).	2.000.000	Municipal Estadual Federal	Secretaria de Saúde	Longo	Nº de equipamentos de saúde melhorados / período

*Continua...*

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; **(1)** Direitos à cidade sustentável; **(2)** Dimensão (Eixos Temáticos); **(3)** Diretrizes; **(4)** Ações Prioritárias; **(5)** Localização (Abrangência de Desenvolvimento); **(6)** Metas; **(7)** Custo; **(8)** Fonte de recursos; **(9)** Responsável (is); **(10)** Prazos de execução; **(11)** Indicador de Monitoramento.

Final Matriz 6: Eixo 3 - Diretriz 6

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
ODS 1 – Metas: 1.2; 1.4 ODS 10 – Meta: 10.4	E3 - Eixo Temático Aspectos Socioeconômicos.	D6 - Reduzir desigualdades sociais, econômicas e socioterritoriais.	A6.6 – Garantir uma educação de qualidade a toda a população e fomentar a educação de jovens e adultos com ensino técnico e superior.	Todo Município	M6.6.1 – Ampliar e melhorar a estruturas das escolas municipais incluindo a estrutura tecnológica.	1.500.000	Municipal Estadual Federal	Secretaria de Educação Setor de Engenharia	Longo	Nº de escolas municipais ampliadas / período
					M6.6.2 – Reconhecer e valorizar o trabalho dos professores municipais e ampliar o quadro de atuação para a área técnica.	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Câmara de Vereadores	Longo	Nº de reconhecimentos e novos servidores técnicos / período
					M6.6.3 – Promover a formação técnica de jovens e adultos voltada a preparação para o mercado de trabalho.	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Secretaria de Educação Setor Indústria, Comércio e Serviços	Longo	Nº de munícipes capacitados para o mercado de trabalho / período
					M6.6.4 – Incentivar parcerias com instituições, ONGs e outras entidades para a realização de cursos e formações ligadas a inclusão digital, geração de renda, empreendedorismo, etc.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Secretaria de Educação	Curto	Nº de parcerias com instituições, ONGs e outras entidades formalizadas
			A6.7 – Garantir o acesso às infraestruturas de energia elétrica nas comunidades rurais.	Todo Município	M6.7.1 – Desenvolver programas para a implantação de geração de energia alternativa em comunidades rurais para impedir as perdas econômicas devido à queda de energia elétrica.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Secretaria da Agricultura	Longo	Programas de incentivo a geração de energia alternativa desenvolvidos / período
					M6.7.2 – Ampliar e articular melhorias na rede elétrica junto às concessionárias de energia elétrica.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Setor Indústria, Comércio e Serviços	Curto	Melhorias na rede elétrica realizadas / período

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; (1) Direitos à cidade sustentável; (2) Dimensão (Eixos Temáticos); (3) Diretrizes; (4) Ações Prioritárias; (5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento); (6) Metas; (7) Custo; (8) Fonte de recursos; (9) Responsável (is); (10) Prazos de execução; (11) Indicador de Monitoramento.

**MATRIZ 7 – Eixo Temático de Desenvolvimento Aspectos Socioeconômicos (E3) e Diretriz 7 (D7)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 2</b> – Meta: 2.4; - <b>ODS 8</b> – Metas: 8.3; 8.9; <b>ODS 8</b> – Metas: 8.3; 8.9; - <b>ODS 14</b> – Meta: 14.7	<b>E3</b> - Eixo Temático Aspectos Socioeconômicos.	<b>D7</b> - Incentivar a diversidade de atividades industriais e atividades econômicas no município e incentivar a agricultura familiar.	<b>A7.1</b> – Apoiar os produtores locais, agricultura familiar.	Todo Município	<b>M7.1.1</b> – Incentivar a ampliação da produção da agricultura familiar de forma a garantir o abastecimento do município e da região.	Indiretos	Municipal Estadual	Gabinete Prefeito	Longo	% crescimento da produção
					<b>M7.1.2</b> – Promover articulação entre os assentamentos do município e municípios vizinhos.	Indiretos	Municipal Estadual	Secretaria Agricultura	Longo	Articulação promovida / período
					<b>M7.1.3</b> – Promover a articulação e a integração do desenvolvimento rural sustentável e solidário, regionalmente e entre diversos setores e esferas de governo, por meio de agendas comuns nos territórios.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete Prefeito Secretaria Agricultura	Longo	Articulação e integração do desenvolvimento rural sustentável e solidário / período
					<b>M7.1.4</b> – Promover a ampliação da rede de distribuição dos alimentos produzidos no município ou na região através de feiras, eventos, etc.	Indiretos	Municipal Estadual	Gabinete Prefeito	Curto	Nº de feiras e eventos promovidos / período
					<b>M7.1.5</b> – Garantir terras para a agricultura familiar e incentivar a prática da agricultura agroecológica e sustentável de produção de alimentos e seu beneficiamento.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Secretaria Agricultura	Longo	Nº de Famílias da agricultura familiar beneficiadas
					<b>M7.1.6</b> – Instituir EIV para atividades agrícolas sem mitigação dos riscos relativos à utilização de agrotóxicos em áreas muito próximas às ocupações urbanas.	Indiretos	Municipal Estadual	Secretaria Agricultura e Meio ambiente	Imediato	EIV para atividade agrícola instituído no município
		<b>A7.2</b> – Incentivar a diversificação do setor industrial no município.	Todo Município	Todo Município	<b>M7.2.1</b> – Incentivar a implantação e ampliação das indústrias do ramo alimentício, bebidas e álcool etílico	Indiretos	Municipal Estadual	Secretaria Agricultura	Longo	Nº de novos empreendimentos industriais / período
					<b>M7.2.2</b> – Incentivar a modernização dos modos de produção agrícola extensivos.	Indiretos	Municipal Estadual	Secretaria Agricultura	Longo	Nº de beneficiados na atividade/ período
					<b>M7.2.3</b> – Demarcar no zoneamento urbano do município área industrial onde possam ser aplicados incentivos para a implantação de indústrias diversas.	Indiretos	Municipal Estadual	Setor de Engenharia	Longo	Nº de áreas industriais demarcadas e com incentivos

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

**MATRIZ 8 – Eixo Temático de Desenvolvimento Meio Ambiente e Patrimônio (E4) e Diretriz 8 (D8)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 11</b> – Meta: 11.7; 11.b  <b>ODS 12</b> – Meta: 12.8.b; - <b>ODS 13</b> – Meta: 13.1	<b>E4</b> - Eixo Temático Meio Ambiente e Patrimônio.	<b>D8</b> - Demarcar de áreas de preservação permanente: vegetação nativa, APP de córregos e rios, nascentes e outras e fomentar a fiscalização sobre essas áreas.	<b>A8.1</b> – Identificar e demarcar as áreas de preservação e áreas ambientalmente sensíveis (Relaciona-se com A21.2).	Todo Município	<b>M8.1.1</b> – Realizar o mapeamento e caracterização, através de Georreferenciamento (SIG), das áreas de preservação existentes no território do município.	100.000	Municipal	Setor de Engenharia	Curto	Mapeamento e Georreferenciamento (SIG) realizado
					<b>M8.1.2</b> – Definir diretrizes através do plano diretor municipal para as áreas de preservação.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia	Imediato	Diretrizes para áreas de preservação definidas no PDM
					<b>M8.1.3</b> – Implementar fiscalização efetiva a fim de evitar a ocupação indevida de áreas de preservação permanente.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia Meio ambiente	Imediato	Fiscalização de proteção de áreas de preservação instituída
			<b>A8.2</b> – Ampliar a fiscalização as áreas de preservação.		<b>M8.2.1</b> – Ampliar o quadro de servidores na área de planejamento urbano e ambiental de modo a possibilitar a fiscalização do cumprimento das legislações municipais, federais e estaduais.	800.000	Municipal	Setor de Engenharia Meio ambiente	Curto	Nº de novos Servidores contratados
					<b>M8.2.2</b> – Fortalecer e ampliar a atuação do Conselho de Meio Ambiente e Urbanismo.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia Meio ambiente	Imediato	Nº de ações deliberadas pelo CMAeU
					<b>M8.2.3</b> – Fortalecer as ações de notificação de supressão de vegetação em áreas protegidas junto aos órgãos ambientais.	Indiretos	Municipal Estadual	Setor de Engenharia Meio ambiente	Curto	Nº de ações de notificação em áreas protegidas executadas

Continua...

Final Matriz 8: Eixo 4 - Diretriz 8

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
<b>ODS 11</b> – Meta: 11.7; 11.b <b>ODS 12</b> – Meta: 12.8.b; - <b>ODS 13</b> – Meta: 13.1	<b>E4</b> - Eixo Temático Meio Ambiente e Patrimônio.	<b>D8</b> - Demarcar de áreas de preservação permanente: vegetação nativa, APP de córregos e rios, nascentes e outras e fomentar a fiscalização sobre essas áreas.	<b>A8.3</b> – Ampliar as áreas verdes do município.	Todo Município	<b>M8.3.1</b> – Realizar o mapeamento e caracterização, através de Georreferenciamento (SIG), das áreas verdes existentes no território do município. <b>(Incluído na M8.1.1)</b>	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia	Curto	Mapeamento e Georreferenciamento (SIG) realizado
					<b>M8.3.2</b> – Prever no Plano Diretor, instrumentos que garantam a implantação de áreas verdes no município, como reserva de áreas, contrapartidas e outros.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia	Imediato	Instrumentos de criação de áreas verdes e áreas de contrapartida definidos no PDM
					<b>M8.3.3</b> – Implementar espaços verdes de lazer na Avenida Brasília.	100.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia	Curto	Espaços verdes de lazer na Avenida Brasília implantados
					<b>M8.3.4</b> – Promover o plantio de espécies nativas e o reflorestamento de áreas degradadas.	100.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia	Longo	Áreas degradadas recuperadas por reflorestamento nativo
					<b>M8.3.5</b> – Incentivo à recuperação das matas ciliares.	Indiretos	Municipal	Secretaria de Habitação	Imediato	Matas ciliares recuperadas

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; **(1)** Direitos à cidade sustentável; **(2)** Dimensão (Eixos Temáticos); **(3)** Diretrizes; **(4)** Ações Prioritárias; **(5)** Localização (Abrangência de Desenvolvimento); **(6)** Metas; **(7)** Custo; **(8)** Fonte de recursos; **(9)** Responsável (is); **(10)** Prazos de execução; **(11)** Indicador de Monitoramento.

**MATRIZ 9 – Eixo Temático de Desenvolvimento Meio Ambiente e Patrimônio (E4) e Diretriz 9 (D9)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 11 – Meta: 11.4</b>	<b>E4 - Eixo Temático Meio Ambiente e Patrimônio.</b>	<b>D9 - Valorizar, apoiar e proteger a cultura, a diversidade cultural e o patrimônio local como vetores de desenvolvimento humano, socioeconômico e sustentável.</b>	<b>A9.1 – Garantir a conservação e o desenvolvimento do patrimônio natural e cultural.</b>	<b>Todo Município</b>	<b>M9.1.1 –</b> Ampliar o quadro técnico especializado para profissionais na área de meio ambiente.	600.000	Municipal	Gabinete do Prefeito	Longo	Nº de novos Servidores contratados
					<b>M9.1.2 –</b> Incentivar técnicas de produção ambientalmente seguras.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia Meio Ambiente	Longo	Propriedades incentivadas / período
					<b>M9.1.3 –</b> Realizar levantamento e identificação das áreas de preservação.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia Meio Ambiente	Curto	Nº de Áreas de preservação identificadas
					<b>M9.1.4 –</b> Controlar impactos ambientais e urbanos oriundos da atividade rural ou extrativista.	Indiretos	Municipal Estadual	Setor de Engenharia Meio Ambiente	Longo	Impactos ambientais evitados / período
					<b>M9.1.5 –</b> Incentivar a preservação por parte de pessoas proprietárias de áreas privadas com importância ambiental.	Indiretos	Municipal Federal	Setor de Engenharia Meio Ambiente	Longo	Propriedades incentivadas / período
					<b>M9.1.6 –</b> Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município e sua ligação com o patrimônio cultural municipal.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia Meio Ambiente	Curto	Áreas verdes públicas fortalecidas / período
					<b>M9.1.7 –</b> Valorização das populações indígenas locais.	Indiretos	Municipal Federal	Secretaria Assistência Social	Imediato	Nº de indígenas valorizados

*Continua...*

Final Matriz 9: Eixo 4 - Diretriz 9

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
ODS 11 – Meta: 11.4	E4 - Eixo Temático Meio Ambiente e Patrimônio.	D9 - Valorizar, apoiar e proteger a cultura, a diversidade cultural e o patrimônio local como vetores de desenvolvimento humano, socioeconômico e sustentável.	A9.2 – Implantar espaços de esporte, cultura e lazer.	Todo Município	M9.2.1 – Reservar espaços públicos no centro e nos bairros para a implantação de praças infantis e academias ao ar livre.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Secretaria de Esportes	Imediato	Nº de espaços destinados a implantação de praças infantis e academias
					M9.2.2 – Promover atividades públicas e abertas a toda a população nestes locais.	Indiretos	Municipal	Secretaria de Esportes	Longo	Nº de atividades públicas e abertas realizadas / período
					M9.2.3 – Implantar centros culturais e atividades para idosos.	500.000	Municipal Estadual	Secretaria de Cultura	Curto	Nº centros culturais e atividades para idosos implantados
					M9.2.4 – Implantar espaço de atividades culturais para crianças – casa da cultura municipal.	200.000	Municipal Estadual Federal	Secretaria de Cultura	Curto	Nº de espaços culturais para idosos implantados
					M9.2.5 – Ampliar o quadro técnico voltado a cultura no município.	200.000	Municipal	Gabinete do Prefeito	Imediato	Nº de novos Servidores contratados
					M9.2.6 – Melhorar a gestão e manutenção dos equipamentos esportivos e culturais e tornar os espaços multiuso para a comunidade	100.000	Municipal Estadual Federal	Secretaria de Cultura Setor Obras e Serviços	Longo	Manutenções de equipamentos esportivos e culturais executados / período
					M9.2.7 – Implantar espaços de lazer e esportes nas localidades rurais.	200.000	Municipal Federal	Secretaria de Cultura	Imediato	Nº de espaços implantados
			A9.3 – Implantar Melhorar a infraestrutura dos espaços de esporte e lazer existentes.		M9.3.1 – Implantar banheiros públicos nas praças e quadras públicas.	500.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia e Secretaria de Obras	Longo	Nº de banheiros públicos em praças e quadras implantados / período
					M9.3.2 – Melhorar a infraestrutura das quadras de esporte das escolas do município, e implantar programas para o uso da comunidade.	500.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Secretaria de Esportes e Obras	Longo	Nº de equipamentos das quadras de esportes melhorados / período

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; (1) Direitos à cidade sustentável; (2) Dimensão (Eixos Temáticos); (3) Diretrizes; (4) Ações Prioritárias; (5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento); (6) Metas; (7) Custo; (8) Fonte de recursos; (9) Responsável (is); (10) Prazos de execução; (11) Indicador de Monitoramento.



**MATRIZ 10 – Eixo Temático de Desenvolvimento Meio Ambiente e Patrimônio (E4) e Diretriz 10 (D10)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 2</b> – Meta: 2.4; <b>ODS 11</b> – Meta: 11.7; 11.b <b>ODS 13</b> – Meta: 13.1	<b>E4</b> - Eixo Temático Meio Ambiente e Patrimônio.	<b>D10</b> - Reduzir as situações de vulnerabilidade ambiental no município.	<b>A10.1</b> – Proteger áreas de preservação e nascentes.	Todo Município	<b>M10.1.1</b> – Implementar a fiscalização sobre as áreas de preservação e nascentes.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia Meio Ambiente	Imediato	% de fiscalização / período
					<b>M10.1.2</b> – Conscientizar a população sobre a preservação destas áreas através de campanhas em escolas, associação de bairros, etc.	Indiretos	Municipal	Secretaria Educação e Meio Ambiente	Longo	Nº de pessoas beneficiadas nas campanhas/ período
					<b>M10.1.3</b> – Realizar levantamento e caracterização das ocupações existentes em áreas de preservação.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia Meio Ambiente	Curto	Levantamento e caracterização executado
					<b>M10.1.4</b> – Implementar fiscalização para o uso de agrotóxicos próximo áreas sensíveis.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia Meio Ambiente	Longo	% de fiscalização / período
					<b>M10.1.5</b> – Implementar incentivos fiscais para a produção sem uso (ou com uso limitado) de agrotóxicos	Indiretos	Municipal	Gabinete Prefeito Câmara Vereadores	Curto	Incentivos fiscais aprovados
					<b>M10.1.6</b> – Implementar campanhas de conscientização para limpeza e preservação das áreas de matas ciliares e programas de educação ambiental nas escolas, bairros, distritos e comunidades rurais.	Indiretos	Municipal	Secretaria Educação e Meio Ambiente	Longo	Nº de pessoas beneficiadas nas campanhas/ período
					<b>M10.1.7</b> – Integrar a gestão das águas municipais à criação de áreas verdes públicas de contemplação e lazer.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia Meio Ambiente	Imediato	Gestão integrada das águas efetivada
					<b>M10.1.8</b> – Viabilizar um Plano de Manejo dos Recursos Hídricos em áreas urbanas.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia Meio Ambiente	Curto	Plano de Manejo dos Recursos Hídricos viabilizado
					<b>M10.1.9</b> – Viabilizar programa de recuperação de nascentes, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia Meio Ambiente	Imediato	Programa viabilizado

*Continua...*



**Final Matriz 10: Eixo 4 - Diretriz 10**

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
<b>ODS 2</b> – Meta: 2.4; <b>ODS 11</b> – Meta: 11.7; 11.b <b>ODS 13</b> – Meta: 13.1	<b>E4</b> - Eixo Temático Meio Ambiente e Patrimônio.	<b>D10</b> - Reduzir as situações de vulnerabilidade ambiental no município.	<b>A10.2</b> – Realocar ocupações localizadas em áreas de risco	Todo Município	<b>M10.2.1</b> – Realizar levantamento e caracterização das ocupações existentes em áreas de risco.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia Meio Ambiente	Curto	Levantamento e caracterização executado
					<b>M10.2.2</b> – Estruturar plano de ação para ocupações existentes em áreas de risco.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia Meio Ambiente	Curto	Plano de ação elaborado
				Área Urbana	<b>M10.2.3</b> – Prever áreas, no zoneamento urbano, para realocar os moradores que residem em áreas de risco.	Indiretos	Municipal	Gabinete Prefeito Setor de Engenharia	Curto	Áreas de realocação de famílias em áreas de risco definidas
					<b>M10.2.4</b> – Controlar a expansão urbana considerando as áreas ambientalmente degradadas e a capacidade de suporte da infraestrutura instalada ou prevista.	Indiretos	Municipal	Gabinete Prefeito Setor de Engenharia	Longo	Expansão urbana em áreas degradadas evitadas / período

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; **(1)** Direitos à cidade sustentável; **(2)** Dimensão (Eixos Temáticos); **(3)** Diretrizes; **(4)** Ações Prioritárias; **(5)** Localização (Abrangência de Desenvolvimento); **(6)** Metas; **(7)** Custo; **(8)** Fonte de recursos; **(9)** Responsável (is); **(10)** Prazos de execução; **(11)** Indicador de Monitoramento.

**MATRIZ 11 – Eixo Temático de Desenvolvimento Infraestrutura (E5) e Diretriz 11 (D11)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 11</b> – Meta: 11.2; 11.6; 11.7.	<b>E5</b> - Eixo Temático Infraestrutura.	<b>D11</b> - Melhorar a infraestrutura do sistema viário do município de maneira integrada e compartilhada, priorizando o pedestre e o ciclista.	<b>A11.1</b> – Melhorar a infraestrutura viária do município.	Todo Município	<b>M11.1.1</b> – Melhorar a condição de manutenção das vias urbanas e rurais em leito natural, seja com pavimentação asfáltica, pavimentação intertravada, paralelepípedo...	500.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia e Obras	Longo	Km de vias urbanas e rurais recuperadas / período
					<b>M11.1.2</b> – Adequar as margens da PR-473 e acessos municipais com acostamentos adequados ao fluxo e localização. <b>(Relaciona-se com M3.1.1)</b>	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Setor de Engenharia	Médio	Km de margens da PR-473 e acessos com acostamentos adequados
					<b>M11.1.3</b> – Realizar a manutenção continuada das estradas rurais do município.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia e Obras	Longo	Km de estradas rurais recuperadas / período
					<b>M11.1.4</b> – Substituir a pavimentação de paralelepípedo pela pavimentação asfáltica.	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia e Obras	Longo	Km de pavimentação asfáltica / período
					<b>M11.1.5</b> – Identificar as principais vias rurais e substituir por pavimentação de paralelepípedos ou asfáltica, em especial a estrada de acesso à comunidade Bracatinga.	500.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia e Obras	Curto	Estrada de acesso à comunidade Bracatinga pavimentada
					<b>M11.1.6</b> – Recuperar as margens das estradas rurais com vegetação, a fim de evitar a erosão do solo.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia e Obras	Curto	Km de margens das estradas rurais recuperadas
					<b>M11.1.7</b> – Pavimentar a continuidade da Rua Umarama.	200.000			Curto	Pavimentação da Rua Umarama concluída
					<b>M11.1.8</b> – Realizar a construção de elementos para o controle do tráfego (rotatórias, semáforo) em pontos estratégicos para a diminuição de riscos de acidentes de trânsito.	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia e Obras	Longo	Elementos para o controle do tráfego construídos / período

*Continua...*

**Final Matriz 11: Eixo 5 - Diretriz 11**

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
<b>ODS 11 – Meta: 11.2; 11.6; 11.7.</b>	<b>E5 - Eixo Temático Infraestrutura.</b>	<b>D11 - Melhorar a infraestrutura do sistema viário do município de maneira integrada e compartilhada, priorizando o pedestre e o ciclista.</b>	<b>A11.2 – Implantar Ciclovias.</b>	Todo Município	<b>M11.2.1 –</b> Criar circuito cicloviário, considerando rotas para conexão entre os distritos, comunidades rurais e a sede.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia, Obras e Esportes	Imediato	Circuito cicloviário criado
					<b>M11.2.2 –</b> Realizar o planejamento para implantação das ciclovias e ciclofaixas através de etapas viáveis para o município.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia, Obras e Esportes	Curto	Planejamento de ciclovias e ciclofaixas realizado
					<b>M11.2.3 –</b> Melhorar calçadas e passeios para pedestres.	Indiretos	Municipal Federal	Setor de Engenharia	Longo	Km de calçadas e passeio / período
			<b>A11.3 – Melhorar a infraestrutura urbana para o pedestre de modo a priorizar essa modalidade de deslocamento.</b>		<b>M11.3.1 –</b> Regulamentar no âmbito do Código de Obras do município a utilização e manutenção das calçadas municipais.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia e Obras	Imediato	Utilização e manutenção das calçadas regulamentadas
					<b>M11.3.2 –</b> Garantir a acessibilidade universal nas calçadas do município, exigindo a obrigatoriedade de projeto e execução do passeio com forma acessível e piso tátil.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia e Obras	Longo	Km de passeios com piso tátil executado / período
					<b>M11.3.3 –</b> Implementar calçadas acessíveis na via principal do Distrito de Boa Vista do São Roque, principalmente no entorno da escola.	500.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia e Obras	Médio	Km de calçadas instaladas em Boa Vista do São Roque
					<b>M11.3.4 –</b> Implementar locais adequados para o embarque/ desembarque no transporte escolar, redutores de velocidade e sinalização adequada para proteger a circulação de pessoas no entorno das escolas do município, na Sede e no Distrito.	500.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia, Obras e Educação.	Longo	Nº de Equipamentos de embarque / desembarque, redutores de velocidade e sinalização instalados / período

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; (1) Direitos à cidade sustentável; (2) Dimensão (Eixos Temáticos); (3) Diretrizes; (4) Ações Prioritárias; (5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento); (6) Metas; (7) Custo; (8) Fonte de recursos; (9) Responsável (is); (10) Prazos de execução; (11) Indicador de Monitoramento.

**MATRIZ 12 – Eixo Temático de Desenvolvimento Infraestrutura (E5) e Diretriz 12 (D12)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 6</b> – Meta: 6.1; 6.2; 6.5; 6.b; <b>ODS 11</b> – Meta: 11.6;	<b>E5</b> - Eixo Temático Infraestrutura.	<b>D12</b> - Melhorar a infraestrutura de saneamento básico (água e esgotamento sanitário) e de manejo de águas pluviais.	<b>A12.1</b> – Ampliar e melhorar o abastecimento de água no município.	Todo Município	<b>M12.1.1</b> – Realizar levantamento das residências que não possuem abastecimento de água, visando 100% de atendimento.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia	Imediato	% de domicílios atendidos com rede de água tratada
					<b>M12.1.2</b> – Verificar junto à SANEPAR as possibilidades para a ampliação da rede de fornecimento.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito	Imediato	Consulta a SANEPAR realizada
					<b>M12.1.3</b> – Ampliar a capacidade de reservação de água e melhorar a qualidade da água distribuída.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito SANEPAR	Longo	Volume em m³ de reservação de água tratada / período
					<b>M12.1.4</b> – Promover investimentos e fortalecer parcerias intermunicipais para viabilizar infraestrutura visando melhor aproveitamento dos recursos.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito	Longo	Investimentos e parcerias intermunicipais / período
					<b>M12.1.5</b> – Promover o melhoramento das alternativas de abastecimento de água nas áreas rurais do município, principalmente minimizando os impactos em épocas de estiagem.	200.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia, Obras e Agricultura.	Longo	% de propriedades rurais atendidas com rede de água / período
					<b>M12.1.6</b> – Regularizar o sistema de abastecimento de água no loteamento “Sem Teto”.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Setor de Engenharia	Imediato	Sistema de abastecimento de água regularizado

*Continua...*

Final Matriz 12: Eixo 5 - Diretriz 12

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
<b>ODS 11 – Meta: 11.2; 11.6; 11.7.</b>	<b>E5 - Eixo Temático Infraestrutura.</b>	<b>D12 - Melhorar a infraestrutura de saneamento básico (água e esgotamento sanitário) e de manejo de águas pluviais.</b>	<b>A12.2 – Melhorar e ampliar a infraestrutura de esgotamento sanitário.</b>	Todo Município	<b>M12.2.1 –</b> Realizar levantamento do esgotamento sanitário no município e do número de residências que não possuem esgotamento sanitário.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia	Imediato	% de domicílios com infraestrutura de esgotamento sanitário
					<b>M12.2.2 –</b> Viabilizar a instalação da infraestrutura de coleta de esgotamento sanitário de acordo com o Plano de Saneamento Básico.	1.000.000	Municipal	Gabinete do Prefeito SANEPAR	Longo	Infraestrutura de esgotamento sanitário instalado PMSB
					<b>M12.2.3 –</b> Analisar a possibilidade e incentivar a implantação de sistemas alternativos baseados na natureza.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia, Obras e Meio ambiente.	Curto	Sistemas alternativos de tratamento naturais definidos
					<b>M12.2.4 –</b> Promover investimentos e fortalecer parcerias intermunicipais para viabilizar infraestrutura visando melhor aproveitamento dos recursos.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito	Longo	Investimentos e parcerias intermunicipais / período
					<b>M12.2.5 –</b> Seguir as metas estipuladas no Plano de Saneamento Básico (2016).	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Setor de Engenharia	Longo	% das metas do PMSB executadas / período
			<b>A12.3 – Ampliar a infraestrutura de manejo de águas pluviais.</b>	Todo Município	<b>M12.3.1 –</b> Realizar a ampliação do sistema de coleta de águas pluviais, visando o atendimento de 60% das vias urbanas conforme o Plano de Saneamento Básico (2016).	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Setor de Engenharia e Obras	Longo	Infraestrutura de esgotamento sanitário instalado PMSB
					<b>M12.3.2 –</b> Avaliar a condição dos bueiros e bocas de lobo que estejam representando riscos aos pedestres, em especial no entorno das escolas.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia e Obras	Longo	Nº de manutenções de bueiros e bocas de lobo realizadas / período

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; (1) Direitos à cidade sustentável; (2) Dimensão (Eixos Temáticos); (3) Diretrizes; (4) Ações Prioritárias; (5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento); (6) Metas; (7) Custo; (8) Fonte de recursos; (9) Responsável (is); (10) Prazos de execução; (11) Indicador de Monitoramento.

**MATRIZ 13 – Eixo Temático de Desenvolvimento Infraestrutura (E5) e Diretriz 13 (D13)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 6 – Meta: 6.2; - ODS 11 – Meta: 11.6</b>	<b>E5 - Eixo Temático Infraestrutura.</b>	<b>D13 - Ampliação da infraestrutura e acesso aos serviços de manejo de resíduos e outros serviços.</b>	<b>A13.1 – Ampliar sistema de coleta de resíduos.</b>	Todo Município	<b>M13.1.1 –</b> Seguir os planos e metas estabelecidos pelo Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (2021).	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Setor de Engenharia	Longo	% das metas do PGIRS executadas / período
					<b>M13.1.2 –</b> Ampliar a coleta seletiva nas áreas urbanas e rurais.	200.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia e Obras	Longo	% de atendimento da população com a coleta seletiva / período
					<b>M13.1.3 –</b> Realizar campanhas de conscientização para a correta separação e reciclagem do lixo.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia, Obras, Saúde e Educação.	Longo	Nº de beneficiários de campanhas de conscientização / período
					<b>M13.1.4 –</b> Ampliar a coleta de lixo seco em comunidades rurais, com pontos fixos de coleta.	200.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia e Obras	Longo	% de atendimento da população rural com coleta de lixo seco / período
					<b>M13.1.5 –</b> Realizar novas contratações de servidores.	400.000	Municipal	Gabinete do Prefeito, Administração	Curto	Nº de novos Servidores contratados
			<b>A13.2 – Ampliar a capacidade de gerenciamento de resíduos sólidos do município.</b>	Todo Município	<b>M13.2.1 –</b> Promover articulação regional para construção e gestão de novo aterro sanitário, centrais de compostagem ou reciclagem e demais equipamentos do sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito	Médio	Novo aterro sanitário com atendimento regional em operação
					<b>M13.2.2 –</b> Otimizar o tempo de vida útil dos aterros sanitários direcionando apenas os rejeitos adequados para o local.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia e Obras	Longo	Redução % per capita de lixo com disposição final no aterro
					<b>M13.2.3 –</b> Viabilizar a compostagem dos resíduos orgânicos do município.	100.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia, Obras e Meio ambiente	Longo	Nº de domicílios atendidos com sistema de compostagem / período
					<b>M13.3.1 –</b> Viabilizar novo local para ampliação da capacidade do cemitério municipal.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Setor de Engenharia	Curto	Ampliação do cemitério municipal definida
					<b>M13.3.2 –</b> Viabilizar a construção de nova estrutura para capela mortuária em anexo à nova área destinada ao cemitério.	200.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Setor de Engenharia	Curto	Nova Capela mortuária no novo cemitério construído.

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

**MATRIZ 14 – Eixo Temático de Desenvolvimento Infraestrutura (E5) e Diretriz 14 (D14)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 3</b> – Meta: 3.8; - <b>ODS 4</b> – Metas: 4.3; 4.4; 4.7; c; <b>ODS 8</b> – Meta: 8.6;	<b>E5</b> - Eixo Temático Infraestrutura.	<b>D14</b> - Melhoria do sistema de saúde e educação do município.	<b>A14.1</b> – Melhorar a infraestrutura das unidades de saúde do município.	Todo Município	<b>M14.1.1</b> – Inserir no planejamento do município a melhoria das condições físicas das unidades de saúde, em especial a Unidade de Saúde do centro que necessita de ampliação.	1.500.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito	Longo	Valor (R\$) investido na UBS do centro / período
					<b>M14.1.2</b> – Adquirir novos equipamentos e materiais para as unidades de saúde do município.	2.500.000	Municipal Estadual Federal	Secretaria de Saúde, Licitações.	Longo	Valor (R\$) investido nas UBS do município / período
					<b>M14.1.3</b> – Viabilizar a aquisição de imóveis e constituir um banco de terras para a construção de novos equipamentos públicos nas novas áreas urbanas.	1.000.000	Municipal	Gabinete do Prefeito, Setor de Engenharia	Longo	Valor (R\$) investido na aquisição de imóveis / período
			<b>A14.2</b> – Fortalecimento da atenção básica e especializada de saúde.	Todo Município	<b>M14.2.1</b> – Melhorar e ampliar a infraestrutura e o atendimento das unidades de saúde do município. <b>(Alinhado com M14.1.1 e M14.1.2)</b>	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito, Setor de Engenharia	Longo	Valor (R\$) investido na melhorias das UBS / período
					<b>M14.2.2</b> – Valorização dos profissionais da saúde.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito, Saúde	Longo	Nº de profissionais reconhecidos / período
					<b>M14.2.3</b> – Ampliação do quadro de profissionais da área da saúde no município.	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito, Saúde	Longo	Nº de novos Servidores contratados / período
					<b>M14.2.4</b> – Fortalecer parcerias com cidades vizinhas no atendimento de saúde e o transporte para atendimento.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito, Saúde	Longo	Nº de parcerias efetivadas / período
					<b>M14.2.5</b> – Viabilizar atendimento de atenção básica à saúde itinerante nas comunidades rurais e distrito.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Secretaria de Saúde	Longo	Pessoas beneficiárias / período
					<b>M14.2.6</b> – Viabilizar atendimento odontológico junto às escolas do município.	500.000	Municipal Estadual Federal	Secretaria de Saúde e Educação	Longo	Pessoas beneficiárias / período

Continua...



**Final Matriz 14: Eixo 5 - Diretriz 14**

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
<b>ODS 3</b> – Meta: 3.8; - <b>ODS 4</b> – Metas: 4.3; 4.4; 4.7; c; <b>ODS 8</b> – Meta: 8.6;	<b>E5</b> - Eixo Temático Infraestrutura.	<b>D14</b> - Melhoria do sistema de saúde e educação do município.	<b>A14.3</b> – Fortalecimento e ampliação da educação.	Todo Município	<b>M14.3.1</b> – Viabilizar escola que atenda ao Bairro Vila Rica.	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito, Educação	Curto	Escola para o Bairro Vila Rica viabilizada
					<b>M14.3.2</b> – Valorizar os profissionais da educação.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito, Educação	Longo	Nº de profissionais reconhecidos / período
					<b>M14.3.3</b> – Implantar programas para a formação continuada de professores.	100.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito, Educação	Longo	Nº de Professores capacitados / período
					<b>M14.3.4</b> – Melhorar a infraestrutura das escolas via reformas.	500.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito, Setor de Engenharia	Longo	Nº de escolas reformadas / período
					<b>M14.3.5</b> – Melhorar os equipamentos e tecnologias das escolas.	500.000	Municipal Estadual Federal	Secretaria Educação, Administração	Longo	Nº de equipamentos e tecnologias adquiridas / período
					<b>M14.3.6</b> – Implementar capacitações continuadas para profissionais da educação, com destaque para a inclusão social e Educação especial.	50.000	Municipal Estadual Federal	Secretaria Educação, Assistência Social	Longo	Nº de profissionais da inclusão e educação especial capacitados / período
					<b>M14.3.7</b> – Implementar nas escolas profissionais da psicologia e assistência social.	100.000	Municipal Estadual Federal	Secretaria Educação, Assistência Social	Longo	Nº de profissionais da psicologia e assistência social atuando / período
					<b>M14.3.8</b> – Ampliação da educação inclusiva nas escolas do município.	200.000	Municipal Estadual Federal	Secretaria Educação, Assistência Social	Longo	Nº de beneficiários da educação inclusiva / período

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; (1) Direitos à cidade sustentável; (2) Dimensão (Eixos Temáticos); (3) Diretrizes; (4) Ações Prioritárias; (5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento); (6) Metas; (7) Custo; (8) Fonte de recursos; (9) Responsável (is); (10) Prazos de execução; (11) Indicador de Monitoramento.



**MATRIZ 15 – Eixo Temático de Desenvolvimento Infraestrutura (E5) e Diretriz 15 (D15)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 3</b> – Meta: 3.8; - <b>ODS 4</b> – Metas: 4.3; 4.4; 4.7; c; <b>ODS 8</b> – Meta: 8.6;	<b>E5</b> - Eixo Temático Infraestrutura.	<b>D15</b> - Melhoria e ampliação dos equipamentos públicos voltados ao esporte, cultura e lazer.	<b>A15.1</b> – Ampliar o número de equipamentos de cultura, esporte e lazer.	Todo Município	<b>M15.1.1</b> – Descentralizar e implantar praças de bairro para crianças com playground, em especial na área próxima ao “Sem teto”.	200.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito, Setor de Engenharia	Curto	Praça na área próxima ao “Sem teto”, viabilizada.
					<b>M15.1.2</b> – Implantar espaços públicos para população em geral, com academias ao ar livre, em especial na Avenida Brasília.	200.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito, Setor de Engenharia, esporte	Longo	Nº de espaços públicos implantados / período
					<b>M15.1.3</b> – Implantar espaços de cultura, lazer e convivência para a população em geral e, em especial para idosos e crianças. <b>(Compartilhado a M15.1.2)</b>	100.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito, Setor de Engenharia, cultura, esporte	Longo	Nº de espaços de cultura e lazer implantados / período
					<b>M15.1.4</b> – Destinar áreas de vazios urbanos do município para a implantação de Equipamentos Públicos voltado à cultura, turismo e lazer. <b>(Comp. a M14.1.3)</b>	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito, Setor de Engenharia	Longo	Nº de áreas públicas viabilizadas / período
					<b>M15.1.5</b> – Melhorar a infraestrutura dos equipamentos de cultura e lazer existentes, incluindo a construção de banheiros públicos.	500.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito, Setor de Engenharia, Cultura	Longo	Nº de equipamentos de cultura e lazer melhorados / período
		<b>A15.2</b> – Melhorar a gestão e manutenção dos equipamentos.			<b>M15.2.1</b> – Melhorar a gestão e manutenção dos equipamentos esportivos e culturais nos espaços públicos.	100.000	Municipal	Secretarias de Esporte e Cultura	Longo	Nº de equipamentos esportivos e de cultura melhorados / período
					<b>M15.2.2</b> – Melhorar a gestão e manutenção dos equipamentos públicos de modo geral, com ações de manutenção e reformas necessárias.	100.000	Municipal	Setor de Engenharia, Esporte e Cultura	Longo	Nº de equipamentos públicos em geral melhorados / período

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

**MATRIZ 16 – Eixo Temático de Desenvolvimento da Gestão Urbana (E6) e Diretriz 16 (D16)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 16 – Metas: 16.6; 16.7; 16.10b;</b>	<b>E6 - Eixo Temático Gestão Urbana.</b>	<b>D16 - Ampliar a gestão democrática com sistemas de planejamento integrado e efetivo.</b>	<b>A16.1 – Implantar Estratégias que garantam a participação da população na gestão municipal e nos processos de tomada de decisão.</b>	Todo Município	<b>M16.1.1 –</b> Incentivar a participação e efetividade dos Conselhos Municipais nos processos de tomada de decisão do município.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Secretarias	Longo	Ações efetivas de incentivo / período
					<b>M16.1.2 –</b> Incluir e ampliar representantes da sociedade civil nos conselhos municipais e nos processos de tomada de decisão.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Secretarias	Curto	% de incremento de representantes nos CM
					<b>M16.1.3 –</b> Conceder direito de voto aos representantes da sociedade civil nos processos de tomada de decisão.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Secretarias	Curto	Direto a voto na tomada de decisão concedido
					<b>M16.1.4 –</b> Implementar formas de orçamento participativo por bairro ou região do município.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Secretarias	Longo	% de participação no orçamento participativo / período
					<b>M16.1.5 –</b> Garantir a participação ampla e diversa da sociedade civil, incluindo mulheres, negros, população LGBTQIA+, indígenas, população marginalizada, etc.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Secretarias	Longo	% de participantes da diversidade em CM / período
					<b>M16.1.6 –</b> Garantir a participação dos conselhos na gestão e nas decisões públicas do município.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Secretarias	Longo	% de participação dos CM nas decisões / período
			<b>A16.2 – Priorizar um planejamento integrado que envolva as diversas secretarias do município..</b>	Todo Município	<b>M16.2.1 –</b> Estabelecer um diálogo entre as diversas secretarias do município com vistas a alinhar os objetivos para o desenvolvimento sustentável do município.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Secretarias	Longo	Nº de reuniões com as diversas Secretarias na temática de DS / período
					<b>M16.2.2 –</b> Estabelecer um plano de metas e prioridades para o desenvolvimento municipal que esteja de acordo com as demandas levantadas pela população.	Indiretos	Municipal	Gabinete do Prefeito Secretarias	Longo	Plano de metas com atendimento de demandas prioritárias / período

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

**MATRIZ 17 – Eixo Temático de Desenvolvimento da Gestão Urbana (E6) e Diretriz 17 (D17)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 11 – Meta: 11.1;</b> <b>ODS 16 – Metas: 16.3; 16.6; 16.7; 16.10b;</b>	<b>E6 - Eixo Temático Gestão Urbana.</b>	<b>D17 -</b> Ampliar a atuação eficaz das secretarias e conselhos municipais, bem como os sistemas de gestão do Plano Diretor.	<b>A17.1 –</b> Implementar estrutura administrativa para a aplicação e fiscalização das diretrizes do Plano Diretor e legislações correlatas.	Todo Município	<b>M17.1.1 –</b> Ampliar o quadro de servidores na área de planejamento urbano e fiscalização dos Códigos de Obras, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Posturas e Plano Diretor.	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete do Prefeito Setor de engenharia, Planejamento.	Curto	Nº de novos Servidores contratados/ cedidos
					<b>M17.1.2 –</b> Instituir uma equipe de planejamento para acompanhamento e controle da implementação do PDM.	Indiretos	Municipal	Secretaria Planejamento	Longo	Nº de ações de controle e avaliação do PDM / período
					<b>M17.1.3 –</b> Garantir a observância aos parâmetros de ocupação e construção estabelecidos pelo Plano Diretor e demais legislações correlatas para a aprovação de projetos e loteamentos.	Indiretos	Municipal	Secretaria Planejamento	Longo	Nº de projetos e adequações adequadas pela equipe PDM / período
					<b>M17.1.4 –</b> Fortalecer o setor de fiscalização de obras no município.	Indiretos	Municipal	Secretaria Planejamento	Longo	Nº de ações de fiscalização / período
					<b>M17.1.5 –</b> Implementar indicadores de desempenho para avaliar a aplicação do Plano Diretor.	Indiretos	Municipal	Secretaria Planejamento	Longo	Nº de indicadores adotados e avaliados / período
		<b>A17.2 –</b> Manter os sistemas e cadastros municipais atualizados.			<b>M17.2.1 –</b> Fazer levantamento contínuo do quadro habitacional do município (déficit habitacional, áreas de ocupação, áreas passíveis de regularização, ocupação em áreas de risco, entre outras).	Indiretos	Municipal	Setor de engenharia, Planejamento Secretaria de Habitação.	Longo	% de déficit habitacional / período % de ocupações em áreas passíveis de regularização e áreas de risco/ período

Continua...

**Final Matriz 17: Eixo 6 - Diretriz 17**

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
<b>ODS 11 – Meta: 11.1;</b> <b>ODS 16 – Metas: 16.3; 16.6; 16.7; 16.10b;</b>	<b>E6 - Eixo Temático Gestão Urbana.</b>	<b>D17 - Ampliar a atuação eficaz das secretarias e conselhos municipais, bem como os sistemas de gestão do Plano Diretor.</b>	<b>A17.3 – Promover a gestão integrada das informações e dados municipais.</b>	<b>Todo Município</b>	<b>M17.4.1 –</b> Implantar um Sistema de Informações Geográficas Georreferenciadas (SIG) no município, com o objetivo de integrar dados municipais urbanos, ambientais, econômicos, sociais. <b>(Incluída na M8.1.1)</b>	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia	Curto	Mapeamento e Georreferenciamento (SIG) realizado
					<b>M17.4.2 –</b> Viabilizar a construção de um Cadastro Multifinalitário em SIG, que sirva como base para diversos produtos como Planta Genérica de Valores, etc.	100.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia	Curto	Cadastro multifinalitário em SIG realizado
					<b>M17.4.3 –</b> Sempre que forem realizadas novas definições no âmbito do território municipal (novas ruas, distritos, comunidades, bairros, etc) elas devem ser descritas a partir de pontos georreferenciados.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia	Longo	Nº de demarcações territoriais realizadas com base SIG / período
					<b>M17.4.4 –</b> Viabilizar a produção de Carta Geotécnica para evidenciar áreas de risco à ocupação.	200.000	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia	Curto	Carta Geotécnica municipal / Produzida

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; **(1)** Direitos à cidade sustentável; **(2)** Dimensão (Eixos Temáticos); **(3)** Diretrizes; **(4)** Ações Prioritárias; **(5)** Localização (Abrangência de Desenvolvimento); **(6)** Metas; **(7)** Custo; **(8)** Fonte de recursos; **(9)** Responsável (is); **(10)** Prazos de execução; **(11)** Indicador de Monitoramento.

**MATRIZ 18 – Eixo Temático de Desenvolvimento Ordenamento Territorial (E7) e Diretriz 18 (D18)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 11 – Meta: 11.7;</b>	<b>E7 - Eixo Temático Ordenamento Territorial.</b>	<b>D18 - Definir macrozonas e zonas com diretrizes específicas à realidade de cada área, bem como perímetros urbanos e respectivos bairros, contribuindo para a gestão territorial.</b>	<b>A18.1 – Redefinir as Macrozonas urbanas e rurais.</b>	<b>Todo Município</b>	<b>M18.1.1 –</b> Identificar especificidades do território municipal e revisar as macrozonas existentes no município.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia, Planejamento	Curto	Especificidades das Macrozonas identificadas
					<b>M18.1.2 –</b> Demarcar como Macrozona as áreas de preservação que existem no território do município.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia, Planejamento	Curto	Macrozonas demarcadas
					<b>M18.1.3 –</b> Demarcar macrozonas para a Terra Indígena Rio das Cobras e suas diretrizes específicas evitando a sobreposição com outras zonas.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia, Planejamento	Curto	Macrozonas Terra Indígena Rio das Cobras demarcadas
					<b>M18.1.4 –</b> Definir diretrizes para cada uma das macrozonas demarcadas.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia, Planejamento	Curto	Diretrizes das macrozonas definidas
					<b>M18.1.5 –</b> Especificar os usos e objetivos de cada Macrozona, de forma a garantir a correta utilização do território para as atividades desenvolvidas nele.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia, Planejamento	Curto	Objetivos de cada Macrozona definidos
					<b>M18.1.6 –</b> Demarcar e garantir áreas para a produção rural, principalmente de agricultura familiar, agroecológica e sustentável.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia, Agricultura	Curto	Área(s) para a produção rural demarcada(s).
					<b>M18.1.7 –</b> Prever contrapartidas físicas ou financeiras pela alteração de uso prevista para determinada área, capturando a valorização da transformação da área rural em urbana.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia, Planejamento	Médio	Contrapartidas de alteração de uso de áreas definidas

*Continua...*

Continuação Matriz 18: Eixo 7 - Diretriz 18

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
ODS 11 – Meta: 11.7;	E7 - Eixo Temático Ordenamento Territorial.	D18 - Definir macrozonas e zonas com diretrizes específicas à realidade de cada área, bem como perímetros urbanos e respectivos bairros, contribuindo para a gestão territorial.	A18.2 – Definir zonas dentro do perímetro urbano municipal e suas diretrizes.	Todo Município	M18.2.1 – Identificar especificidades de cada setor dentro do perímetro urbano do município e delimitar zonas em mapas georreferenciados (SIG).	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia, Planejamento	Curto	Setores urbanos delimitados em zonas de SIG
					M18.2.2 – Definir zona industrial ao longo da PR-473 sentido Quedas do Iguaçu.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia, Planejamento	Curto	Zona industrial sentido Quedas do Iguaçu definida
					M18.2.3 – Definir mitigação de impactos (faixa de vegetação) para zona industrial próxima a áreas residenciais e prever a aplicação do instrumento de EIV.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia, Planejamento	Longo	Mitigação de impactos em zonas mistas / definido e executados
					M18.2.4 – Definir zona de expansão urbana com diretrizes de uso e ocupação, previsão de vias e eixos de desenvolvimento.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia, Planejamento	Curto	Zona(s) de expansão urbana / definidas
					M18.2.5 – Definir Zonas Especiais de interesse social.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia, Planejamento	Curto	Zona(s) EIS / definidas
					M18.2.6 – Identificar áreas passíveis para viabilizar a regularização fundiária a partir da lei da REURB (Lei Federal nº 13.465/2017).	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Gabinete Prefeito Setor de Engenharia, Planejamento	Curto	Área(s) passível de regularização fundiária identificada(s)
					M18.2.7 – Identificar as áreas de APP e demais áreas ambientalmente sensíveis existentes no território.	Indiretos	Municipal Estadual Federal	Setor de Engenharia, Planejamento	Curto	Áreas de APP identificadas
					M18.2.8 – Possibilitar que as áreas marginais a PR-473 tenham uso voltado às facilidades logísticas que oferecem, resguardando as vias marginais para os usos urbanos.	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete Prefeito Setor de Engenharia, Planejamento	Longo	Usos marginais a PR-473 prioritário aos usos urbanos efetivados

Continua...

**Final Matriz 18: Eixo 7 - Diretriz 18**

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
<b>ODS 11 – Meta: 11.7;</b>	<b>E7 - Eixo Temático Ordenamento Territorial.</b>	<b>D18 -</b> Definir macrozonas e zonas com diretrizes específicas à realidade de cada área, bem como perímetros urbanos e respectivos bairros, contribuindo para a gestão territorial.	<b>A18.3 –</b> Redefinir perímetros urbanos e bairros.	Todo Município	<b>M18.3.1 –</b> Adequar a demarcação do perímetro urbano de forma a restringir-se pelos limites municipais oficiais segundo a divisão territorial do IBGE, de maneira a englobar todos os parcelamentos urbanos implementados.	Indiretos	Municipal	Gabinete Prefeito Setor de Engenharia, Planejamento Câmara de Vereadores	Curto	Demarcação do perímetro urbano conforme limites municipais oficiais segundo a divisão territorial do IBGE realizada
					<b>M18.3.2 –</b> Reformular a delimitação dos bairros existentes.	Indiretos	Municipal	Gabinete Prefeito Setor de Engenharia, Planejamento Câmara de Vereadores	Curto	Delimitação dos bairros reformulada
					<b>M18.3.2 –</b> Delimitar o perímetro urbano do Distrito de Boa Vista do São Roque.	Indiretos	Municipal	Gabinete Prefeito Setor de Engenharia, Planejamento Câmara de Vereadores	Curto	Delimitação perímetro urbano do Distrito de Boa Vista do São Roque realizada

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; (1) Direitos à cidade sustentável; (2) Dimensão (Eixos Temáticos); (3) Diretrizes; (4) Ações Prioritárias; (5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento); (6) Metas; (7) Custo; (8) Fonte de recursos; (9) Responsável (is); (10) Prazos de execução; (11) Indicador de Monitoramento.



**MATRIZ 19 – Eixo Temático de Desenvolvimento Gestão Urbana (E7) e Diretriz 19 (D19)**

(1) Direitos à cidade sustentável (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS)	(2) Dimensão (Eixos Temáticos)	(3) Diretrizes (Orientações para exercer o direito à cidade sustentável)	(4) Ações Prioritárias (Meios alinhados às Diretrizes)	(5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento)	(6) Metas (Medidas necessárias para atender as Ações Prioritárias)	(7) Custo (despesa orçamentária de execução da Meta)	(8) Fonte de recursos (Origem dos recursos orçamentários)	(9) Responsável (is) (órgão / unidade orçamentária base de execução da Meta)	(10) Prazos de execução - Imediato: 1º ano - Curto: 2º e 3º anos - Médio: 4º e 5º anos - Longo: Continuado	(11) Indicador de Monitoramento (Meio de verificação de desenvolvimento da Meta)
<b>ODS 6</b> – Meta: 6.1; <b>ODS 7</b> – Meta: 7.1 <b>ODS 11</b> – Metas: 11.1; 11.3; <b>ODS 16</b> – Metas: 16.3; 16.6; 16.7;	<b>E7 - Eixo Temático Ordenamento Territorial.</b>	<b>D19 - Reorganizar o parcelamento, uso e ocupação do solo.</b>	<b>A19.1</b> – Unificar em lei complementar ao Plano Diretor municipal a legislação que trata do parcelamento, uso e ocupação do solo.	Todo Município	<b>M19.1.1</b> – Compatibilizar o que está disposto no Plano Diretor e na Lei de Uso e Ocupação do Solo e de Parcelamento do Solo.	Indireto	Municipal	Gabinete Prefeito Setor de Engenharia, Planejamento Câmara de Vereadores	Curto	Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo e de Parcelamento Compatibilizada
					<b>M19.1.2</b> – Especificar no Plano Diretor quais são as suas leis complementares tendo em vista centralizar as legislações pertinentes à cada área.	Indireto	Municipal		Curto	Leis complementares associadas ao PDM identificadas
					<b>M19.1.3</b> – Centralizar a legislação que trata das questões de parcelamento, uso e ocupação do solo do município com vistas a facilitar o seu uso e as possíveis alterações futuras, evitando desencontro de informações	Indireto	Municipal		Curto	Legislação de Uso e Ocupação do Solo e de Parcelamento centralizadas
			<b>A19.2</b> – Redefinir os instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades aplicáveis à realidade de Espigão Alto do Iguaçu.	Todo Município	<b>M19.2.1</b> – Controlar o crescimento urbano.	Indireto	Municipal	Setor de Engenharia, Planejamento	Longo	Relatórios avaliativos do crescimento urbano / anual
					<b>M19.2.2</b> – Ampliar os meios de arrecadação municipal. ?????	Indireto	Municipal	Gabinete Prefeito Câmara de Vereadores	Longo	Valores em R\$ de incremento da arrecadação / período
					<b>M19.2.3</b> – Garantir a regulamentação e aplicação dos instrumentos selecionados.	Indireto	Municipal	Gabinete Prefeito Câmara de Vereadores	Longo	Nº de Instrumentos regulamentados / período
					<b>M19.2.4</b> – Viabilizar a aquisição de imóveis estratégicos para conversão em áreas verdes públicas por meio do instrumento do Direito de Preempção e PEUC.	1.000.000	Municipal Estadual Federal	Gabinete Prefeito Câmara de Vereadores	Longo	Nº de imóveis estratégicos adquiridos / período

Continua...



**Final Matriz 19: Eixo 7 - Diretriz 19**

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
<b>ODS 6</b> – Meta: 6.1; <b>ODS 7</b> – Meta: 7.1 <b>ODS 11</b> – Metas: 11.1; 11.3; <b>ODS 16</b> – Metas: 16.3; 16.6; 16.7;	<b>E7</b> - Eixo Temático Ordenamento Territorial.	<b>D19</b> - Reorganizar o parcelamento, uso e ocupação do solo.	<b>A19.3</b> – Orientar o crescimento urbano para áreas já dotadas de infraestrutura básica.	Todo Município	<b>M19.3.1</b> – Estipular áreas de vazios urbanos como prioritárias para a ocupação e parcelamento.	Indiretos	Municipal	Gabinete Prefeito Setor de Engenharia, Planejamento Câmara de Vereadores	Imediato	Ocupação e parcelamento do solo priorizado
					<b>M19.3.2</b> – Readequar na Lei de parcelamento do solo os loteamentos em desacordo com a legislação, em especial a área dos lotes do Loteamento Social “Sem Teto” que se encontram em desacordo com a atual Lei de Parcelamento do Solo.	Indiretos	Municipal		Imediato	Lei de parcelamento do solo readequada e aplicada
					<b>M19.3.3</b> – Promover a transformação e/ou ocupação de áreas urbanas degradadas e/ou subutilizadas.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia, Planejamento	Longo	Áreas urbanas degradadas recuperadas
					<b>M19.3.4</b> – Implementar os instrumentos de indução da ocupação, como IPTU progressivo no tempo e Uso, edificação ou parcelamento compulsório.	Indiretos	Municipal	Gabinete Prefeito Câmara de Vereadores Setor de arrecadação Setor de Engenharia, Planejamento	Curto	Instrumentos definidos e aplicados
					<b>M19.3.5</b> – Utilizar incentivos urbanísticos, fiscais e tributários para atrair usos e atividades desejados para as áreas em questão.	Indiretos	Municipal		Curto	Incentivos definidos e aplicados
					<b>M19.3.6</b> – Recuperar área já loteada do Loteamento Vitória.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia,	Médio	Área recuperada.
					<b>M19.3.7</b> – Prever instrumentos que impeçam o parcelamento do solo desconectado da ocupação existente.	Indiretos	Municipal	Setor de Engenharia Planejamento	Curto	Controle de parcelamento conforme Leis
					<b>M19.3.8</b> – Evitar a expansão para sul e redefinir o eixo de expansão sentido oeste pela PR-473.	Indiretos	Municipal	Gabinete Prefeito Setor de Engenharia	Longo	Expansão para eixo oeste priorizada.

Fonte: Alto Uruguai, 2022 - adaptado de TR Revisão do PDM, 2022. Segue Modelo Quadro 2.

Legenda: \* Indiretos: custos diluídos e/ou rateados ou suportados por receitas correntes, ou repasses por convênio ou emendas parlamentares; (1) Direitos à cidade sustentável; (2) Dimensão (Eixos Temáticos); (3) Diretrizes; (4) Ações Prioritárias; (5) Localização (Abrangência de Desenvolvimento); (6) Metas; (7) Custo; (8) Fonte de recursos; (9) Responsável (is); (10) Prazos de execução; (11) Indicador de Monitoramento.

## 5. ESTIMATIVA DE RECURSOS PARA EXECUÇÃO DO PAI

A estimativa de recursos financeiros para a execução do PAI para o período 2023 a 2027 totalizam R\$ 49.530.000,00 (quarenta e nove milhões e quinhentos e trinta mil reais).

Ressalta-se que os valores são estimados e podem ser obtidos de diversas fontes, principalmente públicos e não onerosos, conforme apresentando no Item 3.1 – Fontes de recursos. A estimativa é apresentada na Tabela 4, por Eixo Temático de desenvolvimento sustentável, as quais são oriundas dos custos, constantes nas Matrizes 1 a 19 deste PAI.

**Tabela 4 – Estimativa dos custos do PAI por eixo temático e fontes de recursos**

Eixos Temáticos de Desenvolvimento	Valor Total por Eixo	Receitas Próprias*	Fontes Externas**	Transferências Legais***
<b>E1 - Habitação</b>	8.380.000	1.676.000	3.352.000	3.352.000,
<b>E2 - Mobilidade e acessibilidade</b>	7.300.000	1.460.000	3.650.000	2.190.000,
<b>E3 - Aspectos socioeconômicos</b>	9.000.000	4.500.000	2.700.000	1.800.000,
<b>E4 - Meio ambiente e Patrimônio</b>	3.900.000	1.950.000	1.170.000	780.000
<b>E5 - Infraestrutura</b>	17.650.000	1.765.000	3.530.000	12.355.000
<b>E6 - Gestão urbana</b>	1.300.000	910.000	390.000	-
<b>E7 - Ordenamento territorial</b>	2.000.000	1.400.000	600.000	-
<b>TOTAL</b>	<b>49.530.000</b>	<b>13.661.000</b>	<b>15.392.000</b>	<b>20.477.000</b>

Fonte: Elaborado a partir da prestação de contas do município de Espigão Alto do Iguaçu, por Alto Uruguai, 2022.

Legenda: (\*) Montante total decorrente de Impostos, Taxas, Serviços; (\*\*) Montante que pode ser obtido de terceiros e/ou por parceiras público-privadas; (\*\*\*) Montante que pode ser alocado, de acordo com os respectivos repasses Legais e Constitucionais ou de Emendas Parlamentares.

Verifica-se que o custo total das ações propostas no período de 2023 a 2027 está estimado em R\$ 49.530.000. No entanto, como indica a Tabela 4, o montante que pode ser obtido via fontes externas é de R\$ 15.392.000, o que representa apenas 31,08% do seu total, e, 53,3% da sua capacidade de endividamento (Tabela 2).

Ademais, estima-se R\$ 13.661.000 oriundos de receitas próprias (27,58%), e outros R\$ 20.477.00 (41,34%) podem ser alocados via transferências Legais e Constitucionais, majoritariamente para os Serviços Públicos de Saúde e Educação, ou ainda via Emendas Parlamentares.

Ressalta-se que à medida que forem elaborados os projetos e executadas as ações do PAI, será necessário atualizar os orçamentos executivos, haja vista terem base de estimativas.

Não obstante, é necessário que a administração pública, quando for revisar seu PPA para o exercício seguinte, faça as devidas adequações previstas neste documento, para as respectivas ações.

Finalmente, com base na Tabela 2, constata-se que apesar de Espigão Alto do Iguaçu possuir capacidade de endividamento adequada, não conseguirá ter todos os recursos financeiros necessários à execução das ações do PAI. Com isso, terá que exercer a captação de recursos externos, fazendo uso, apenas em último caso dos seus recursos próprios além dos previstos na Tabela 4.

## 6. REFERÊNCIAS

PARANÁ. Lei Nº 15.229, 25 de Julho de 2006. Dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual. Publicado no Acessar Diário Oficial nº. 7276 de 26 de Julho de 2006.

BRASIL. Senado Federal. Resolução Nº 40, de 2001. Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal. Disponível em: [Legislação Federal - Senado Federal](#). Acesso em: 10.11.2021.

BRASIL. Senado Federal. Resolução Nº 43, de 2001. Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Disponível em: [Legislação Federal - Senado Federal](#). Acesso em: 10.11.2021.

BRASIL. Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Publicada no DOU em 5.5.2000. Disponível em: [Lcp101 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 21.11.2021.